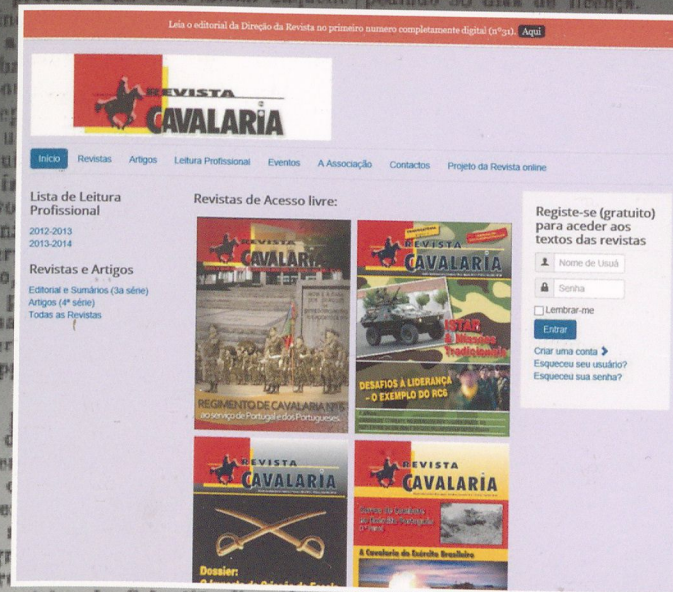




www.revistadacavalaria.com



O FIM DE UMA ERA... O INÍCIO DE UMA OUTRA



E AINDA:

Desafios à
Liderança – o
exemplo do RC6
(Parte 2)

Lições
Identificadas de
um CmdtSubAgr
forte em CC

Exército
Português: Carros
de Combate
(4.ª parte)

1

Registe-se na página principal, a sua conta já existe.



2

O Utilizador é a palavra "socio_" seguido do seu número de sócio (consulte a folha de endereço que acompanha a sua revista). A password é "revcav2014". Clique em "Log in"

Registe-se (gratuito) para aceder aos textos das revistas

Nome de utilizador: socio_XXX
Senha:

☐ Remember Me

Log in

Create an account >
Forgot your username?
Forgot your password?

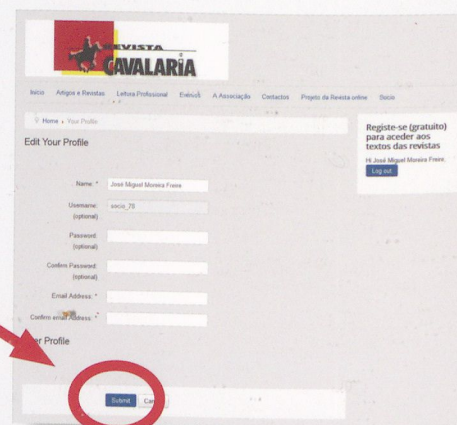
3

Depois de entrar na sua sessão altere o seu perfil, clicando em "Sócio".



4

Altere a password, atualize o seu endereço de email e clique em "Submit".



Aguardamos por si nesta nova dimensão da Revista da Cavalaria.

Qualquer dúvida pode ser esclarecida através do endereço eletrónico: assinaturas@revistadacavalaria.com



Sumário

■ Editorial	4
TCOR Cav Miguel Freire	
■ Encerramento do Livro de Honra da EPC	5
COR Cav Vitor Santos	
■ «Desafios à Liderança»	8
COR Cav Jocelino Rodrigues	
■ «Lições Identificadas de um Cmdt de SubAgr forte em CC»	18
CAP Cav M. Correia	
■ «A tática de pequenas unidades no Curso de Promoção a Oficial Superior»	24
MAJ Cav José Pedro Mataloto MAJ Cav Paulo Serrano	
■ «Um percurso no digital»	28
TCOR Cav Miguel Freire	
■ «A Revista da Cavalaria no Facebook - um ano depois.»	30
CAP Cav Humberto Rosa	
■ «Sobre o Homem na Guerra»	31
Alexandre Gonçalves	
■ «Blindagem Composta e Modular na Proteção das Viaturas Blindadas»	40
ALF Cav Miguel Fonseca	
■ «Exército Português Carros de Combate (4.ª parte)»	43
MGEM Pereira Coutinho	

FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Paulo Serrano

Redacção
TEN Humberto Rosa

Revisão
TCOR Miguel Freire
MAJ Paulo Serrano

Fotos
Capa:
Contra-capas:

Contactos:
Associação Revista da Cavalaria
E-m@il: revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
Soartes - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Editorial

Doze anos e trinta e dois números depois.

Tal como referimos no editorial do número anterior – o primeiro digital e o primeiro em parceria plena com um Regimento da Arma (neste caso o 6) – os tempos são de mudança e exigem novas abordagens à continuação do projeto da Revista da Cavalaria. Julgo que qualquer militar da arma compreenderá a necessidade de uma revista ou de uma associação que se “dedique ao estudo da cavalaria militar” (Artº 1º) e “em especial, fomentar, aprofundar e difundir o conhecimento científico, técnico, histórico, cultural e deontológico da cavalaria militar e, genericamente, do seu emprego no Exército e Forças Armadas numa perspetiva de emprego conjunto” (Artº 2º). Contudo, e como fomos sensibilizando ao longo de diferentes números da nossa Revista, o resultado prático nas adesões à Associação, nos artigos para publicação e nos feed-back recebidos dos artigos publicados, ou ainda mais recentemente, nos registos na nossa página da internet (ver artigo nas páginas 28 e 29) estão longe de constituir um incentivo aos que têm feito um esforço para manter este projeto de pé e fazê-lo avançar para novas dimen-

sões como seja o sítio na Internet. A página do facebook é a exceção nesta aparente indiferença (ver artigo na página 30). Mas não criemos ilusões, embora simpático enquanto forma de divulgação do que se vai fazendo pela Arma e pelo Exército, o facebook na sua forma efémera, fácil, superficial e descomprometida não é o caminho para cumprirmos os objetivos estatutários da Associação Revista da Cavalaria. É apenas uma forma, muito na moda!, de darmos sinal de vida. O que devemos querer para a nossa Arma é a continuação de um projeto mais profundo, de reflexão e estudo, que nos ajude a evoluir enquanto Arma estruturante do Exército.

Este número será o último em papel e marca o fim de um ciclo de cerca de 12 anos e com 30 números publicados, já que dois deles foram duplos. Entre outros “produtos” da Associação ao longo deste período estiveram conferências, palestras, patrocínios a provas hípias e a um livro, e até um concurso literário sobre liderança militar destinado a alunos da Escola de Sargentos do Exército com prémios pecuniários. Se mais não se fez foi porque não houve engenho e arte (às vezes verbal!). A transição para o digital implicará a mudança dos Estatutos

e uma nova abordagem para publicação dos artigos e interação com os autores e os associados.

O que a Cavalaria nos pode oferecer? Mesmo?

Há alguns tempos um camarada d'armas que muito prezo interrogava-se sobre o que a Arma lhe tinha para oferecer nesta fase da sua carreira. Embora legítima a ideia de nos questionarmos sobre o que a Arma nos tem para oferecer na progressão das nossas carreiras, considero – seguindo a linha de um adágio famoso de um presidente dos Estados Unidos – que nos questionamos pouco sobre o que efetivamente podemos dar à nossa Arma de Cavalaria. É que como diria São Francisco de Assis “é dando que se recebe”.



~ Termo de Encerramento ~

(Pelo Exmo Coronel de Cavalaria, Vítor Manuel Meireles dos Santos, último Comandante da Escola Prática de Cavalaria)

Ao encerrar o Livro de Honra da Escola Prática de Cavalaria, dirijo uma primeira palavra a todos quantos nela serviram e, voo o saúdo anónimo e persistente de todos os militares e civis que, ao longo de sucessivas gerações, contribuíram de forma determinante para a importância, a afirmação da competência e o cabal cumprimento das missões atribuídas à Escola com abnegação, espírito de missão e entrega total na forma como realizaram as tarefas que lhe foram atribuídas, conscientes do dever que deriva de servir numa Unidade como esta e, deste modo, para o prestígio que publicamente lhe é reconhecido. A todos quantos serviram nesta Escola Prática de Cavalaria, e porque o fizeram, saúdo particularmente.

Se é verdade que a Escola Prática de Cavalaria teve o seu embrião como Escola conjunta com a de Infantaria, em Matos, em 22 de Agosto de 1887, o aumento de efectivos, a necessidade de especialização e a dimensão de cada uma das Armas levaram a que apenas passados três anos se criasse, por Decreto de 17 de Abril de 1890, de forma autónoma, a EPC, em Vila Viçosa.

Para que se aproximasse dos grandes centros de decisão e dos eixos mais importantes, é deslocada a 30 de Janeiro de 1902 para Torres Novas. Registam as páginas da História feitos relevantes no serviço à Pátria, mas também o fim da Cavalaria a cavalo e a introdução dos blindados.

Após 55 anos volta a mudar de sede, desta feita para Santarém, onde se instala a 15 de Março de 1957.

A presença da EPC em Santarém é, no período de 1961 a 1974, fortemente influenciada pelas novas necessidades que a guerra de África criou. O esforço desenvolvido pela Escola foi o de fornecer grandes contingentes aos Regimentos de Cavalaria de todo o país. Este é o período durante o qual o maior número de jovens passa pela Escola Prática de Cavalaria e é, também, o segundo maior período de fixação numa localidade, 49 anos.

A 20 de Novembro de 2006, na sequência do "Processo de Transformação" do Exército, a EPC transfere-se para Abrantes, sendo desactivada a 31 de Outubro de 2013, após sete anos de instalação naquela cidade, pela criação da Escola das Armas.

A Escola Prática de Cavalaria cumpriu, a 17 de Abril de 2013, cento e vinte e três anos de existência e ao longo de todo este período cumpriu a sua missão de forma extraordinária, relevante e distinta, como comprovam as condecorações que o seu Estandarte Nacional ostenta, e afirmo que é com muito orgulho e subida honra que assumimos este passado, ao mesmo tempo que com toda a humildade aqui servimos a Cavalaria com o singular propósito de engrandecer a História de Portugal.

Porque os cavaleiros, e em particular os que serviram na EPC, tudo farão para aprofundar a camaradagem e o espírito de corpo que nos caracteriza, honrando a História, motivados pelo exemplo dos antepassados, dos quais se destaca Joaquim Monizinho de Albuquerque, e firmes no cumprimento da missão preparada para enfrentar com sucesso os desafios do futuro, prestigiando

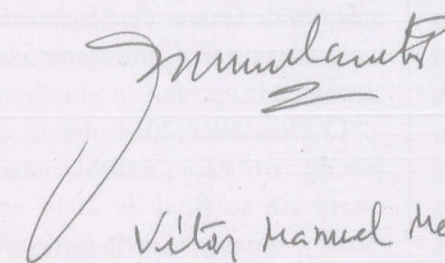
a Cavalaria, o Exército e Portugal, ficam as minhas mais calorosas saudações cavalares, porque como já dizia Monizinho de Albuquerque,

"Este país é obra de soldados"!

Até sempre à carga —!!!

Quartel em Abrantes, EPC, 30 de Setembro de 2013

O último Comandante, nomeado, da EPC.



Vitor Manuel Mexels dos Santos
Coronel de Cavalaria

A film strip with eight frames showing various scenes from the 1964 Brazilian military dictatorship. The frames are as follows:
1. A group of people, including men and women, are posed on a stage or set.
2. A group of people stands in front of a large poster that reads "SÃO SILVESTRE" and "A NOSSA TERRA".
3. A man in a suit and a military officer in uniform stand on a stage, possibly during a ceremony.
4. A group of people, mostly men, are lined up outdoors, possibly waiting for something.
5. A person is digging in the ground with a shovel, possibly planting or working on the land.
6. A person is loading or unloading items from the back of a truck or van.
7. A group of people, including men and women, are lined up outdoors, possibly waiting for something.
8. A group of people, including men and women, are lined up outdoors, possibly waiting for something.

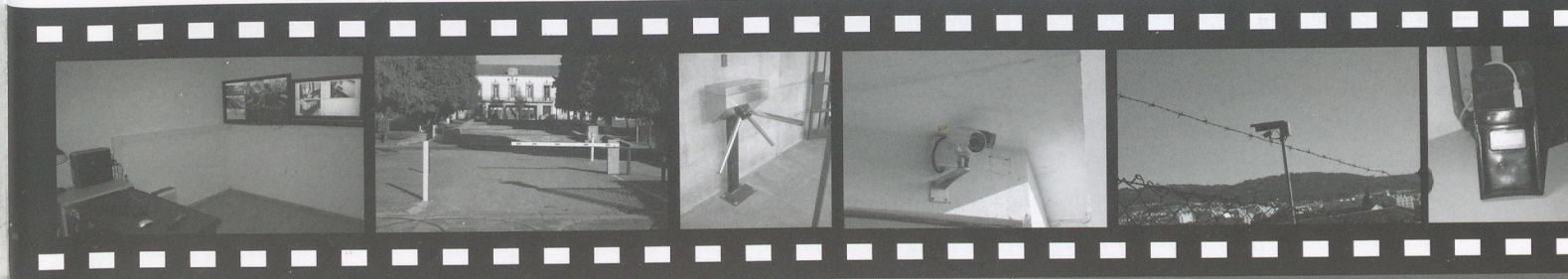
Para além destas vantagens óbvias com redução de custos e do desgaste do material, temos ainda como vantagens principais a autoformação, a autoavaliação e validação da formação a partir da sala de *e-learning*, do computador pessoal, dos quiosques multimédia do Regimento, localizados em pontos estratégicos, e ainda no *refreshment* dos diferentes blocos formativos, de acordo com o cargo a desempenhar; e ainda como preparação para a condução de exercícios, incluindo fogos reais e operações. O *e-learning* tem por base o “GO” apenas quando o nível de proficiência é atingido, caso contrário o formando terá que reiniciar o processo até atin-

O Regimento, no período em apreço, enveredou por uma política sistematizada de ampla digitalização dos diversos setores de trabalho, visando por um lado reduzir o volume de trabalho administrativo, de forma a libertar o maior número de pessoal para os EOp e por outro lado reduzir os encargos financeiros e de trabalho, proporcionando respostas mais rápidas e eficazes às diversas solicitações. Daqui resultou uma racionalização dos recursos humanos, materiais e financeiros, e que no fim da linha se

O Comando da Unidade e das subunidades tem solicitações diárias diversificadas, na maior parte das

Estas ações foram, complementadas por obras de renovação e de segurança em todas as cinco AMG

O Sistema de Controlo de Rondas é um sistema inovador, similar aos dispositivos utilizados na Orientação (desporto de massas). Permite definir o trajeto da ronda, verificar a que horas esta passou em determinado ponto, intervalo de tempo entre



1



-

Lições Identificadas de um Cmdt de SubAgr forte em CC

No final do Agrupamento Mecanizado (AgrMec) 2013 foi-me lançado o desafio para escrever sobre a minha experiência como Comandante (Cmdt) do Esquadrão Leopard 2A6. Após ter participado no AgrMec14 e com a realização das jornadas mecanizadas em janeiro de 2015 (AgrMec15), surgiu a oportunidade de escrever o presente artigo.

Infelizmente, cada vez mais tenho a certeza de que não só lemos pouco, como também escrevemos pouco. A falta de um registo escrito, não fazendo perdurar os “ganhos” obtidos por uma nova experiência, tem como consequência a perda de lições identificadas e a repetição sistemática dos mesmos erros.

Este artigo tem como objetivo identificar as lições relevantes, durante a experiência de comando do Esquadrão de CC Leopard, particularmente durante os AgrMec e dar resposta a uma questão fundamental: “o que correu bem e o que não correu tão bem” permitindo reduzir ou eliminar o risco potencial de insucesso dos futuros Cmdts de Esquadrão/SubAgr ou ainda reforçar um resultado positivo.

O artigo tem a seguinte estrutura: Lições identificadas antes da operação Field Training Exercise (FTX) e após a operação FTX.

ANTES DA OPERAÇÃO

1. A importância de um planeamento assertivo

“Nas cousas militares, tudo o que não for perfeitamente prático é completamente inútil”

Cor Cav António Queiroz, 1889

1.1. Comando Missão

A chave para o sucesso da operação é ser o mais flexível possível, não estar condicionada a um planeamento rígido. Como Cmdts temos que estar preparados para a adaptação a uma qualquer mudança na área de operações ou na intenção do escalão superior. A resposta para

a flexibilidade é o comando missão. Entendido por alguns como uma mera função de combate, o comando missão serve para fornecer aos nossos subordinados uma clara e concisa ordem e depois sair de cena para deixá-los combater (treinar), permitindo-lhes explorar oportunidades ao invés de passar essa decisão para o escalão superior e perderem a iniciativa.

Experienciei algumas ordens de operações (OOp) “macro”: o resultado foi uma perda de tempo e a confusão de todos os Cmdt de Sub-Un.

As OOp devem ser sucintas com o foco num conceito de operação sólido, num esquema de manobra



Fig. 1: OOp 1Pel CC – Exe RINO 141



Fig. 2: SubAgr B – Exe Rosa Brava 2014

simples e na clara definição de tarefas e finalidades.

A intenção do Comandante deve ser interiorizada por todos sem exceção. Devem ser eliminados os floreios e as tarefas chave – aquelas que não são tarefa nem chave – e os estados finais hiperbólicos.

Uma forma simples para escrevermos a nossa intenção é a seguinte: quero que façam isto, porque é que quero que o façam e porque que é que é importante; estas são as tarefas chave que têm que ser executadas para “ganhar a guerra”; é aqui onde quero estar no final da operação (em relação ao inimigo, ao terreno e aos civis).

Se no final todos os subordinados perceberem o que estamos a tentar atingir e porquê, a operação fluirá a nosso favor.

1.2. Tempo

O tempo disponível é sempre um fator crítico para a operação. Nos cursos somos obrigados a aplicar a regra do “1/3 – 2/3”, por forma a assegurar aos subordinados o tempo necessário para o planeamento e preparação da operação. Por vezes senti que o EM subestimou o tempo necessário para planear aos vários escalões, perdendo-se em planeamentos

com muito detalhe e na aplicação das técnicas de planeamento de forma inflexível¹ criando um “efeito bola de neve”. Não devemos ficar pela teoria, devemos aplicá-la na prática, sob pena dos subordinados serem reativos e não pró-ativos².

Para minimizar este facto, frequentemente chamava os meus Cmdt de Pel e numa “conversa” de poucos minutos disponibilizava-lhes a informação, o mais detalhada possível, permitindo-lhes o início do seu planeamento, maximizado assim a utilização de ordens preparatórias.

1.3. Brifingue de confirmação, Backbrief e ROC drill³

Os Brifingue de confirmação, Backbrief e ROC drill revestem-se de uma grande importância, que talvez por falta de tempo, nem sempre é atribuída.

No Brifingue de confirmação, os cmdts de Pel, após receberem uma OOp ou uma OParc (ordem parcelar), brifavam-me acerca do seu entendimento da minha intenção, tarefas e finalidades, e a sua relação entre a missão do seu Pel com os outros Pel do SubAgr.

No backbrief os cmdts de Pel expunham como pretendiam cumprir

a missão atribuída. Nesse momento podíamos limar algum erro no conceito da operação (SubAgr ou Pel) e permitia-me saber como os meus cmdts Pel tencionavam cumprir a sua missão.

O Brifingue de confirmação e o backbrief permitiam-me assegurar que os meus subordinados tinham percebido a minha intenção e as tarefas a executar. Por vezes pensamos que estamos a ser claros e que o nosso planeamento foi perfeito. O que nem sempre é verdade!

Revivendo o filme da manobra, através do Roc drill, conseguimos perceber melhor toda a sincronização de momentos críticos da manobra, bem como mitigar possíveis falhas de coordenações entre as sub-unidades.

1.4. A importância do estudo do Terreno e condições meteorológicas e do estudo do Inimigo

“Know [your] enemy and know yourself; in a hundred battles you will never be in peril.”

Sun Tzu

A análise do inimigo e do terreno são a pedra fundamental sobre a qual as modalidades de acção das

nossas forças são construídas. Este estudo (IPB), conduzido a todos os níveis, deve ser dinâmico e contínuo. Na era da tecnologia, a utilização de *freeware* como o Google Earth, permitem-nos estudar o terreno com um maior pormenor.

Sem a avaliação correta do terreno e das condições meteorológicas, o comandante não pode maximizar os seus meios e capacidades. A análise minuciosa do Inimigo (composição; dispositivo; capacidades - observação, fogos diretos, fogos indiretos, obstáculos, NBQR, aviação e reservas; equipamentos⁴; pontos fortes e vulnerabilidades; Modalidades de Ação) permite ao Cmdt dispor as suas forças corretamente, mantendo a iniciativa. Ao estudar múltiplas Modalidades de Ação do Inimigo, fundamentadas nas capacidades e intenção do Inimigo, melhoramos a capacidade de nos adaptarmos. É tão simples como pensarmos “se isto acontecer o que é que eu faço”, esta análise diminui o tempo de reação e permite-nos manter a iniciativa. Devemos colocar o “Chapéu vermelho” – ser o Cmdt das forças Inimigas e analisar: “Onde existe terreno importante e qual o seu impacto? Como Cmdt do Inimigo

como vou movimentar-me? Vou sacrificar a segurança em detrimento da velocidade, ou vou parar e segurar terreno dominante? Onde e quando vou estar vulnerável?”

2. Transparentes Operações

Pode parecer básico mas deve ser sempre observado um elevado rigor na cópia dos transparentes de Operações, assim como as cartas sobre as quais o AgrMec trabalha devem ter todas o Datum igual, pois se tal não acontecer, corremos o risco de por exemplo graficar um Ponto de Ligação numa passagem de linha para a retaguarda 100 metros ao lado. Na era da tecnologia, cai-se muitas vezes no erro de disponibilizar os transparentes apenas em suporte informático, aumentando a margem de erro na transcrição para transparente e no tempo despendido nessa tarefa.

3. Armas Combinadas: integração da manobra com o Apoio Fogos e o Apoio Sanitário;

“As armas combinadas utilizam as capacidades de cada uma das



Fig. 3: PC SubAgr B – Exe Tigre 141

funções de combate e informação em complementaridade e em reforço mútuo.”⁵ Arrisco-me a afirmar que as armas combinadas não são uma forma de articular as forças para ganhar a guerra, mas sim a forma de ganhar a guerra.

As armas combinadas servem para mitigar vulnerabilidades e aumentar a capacidade uma das outras. A experiência obtida nestes três Agrupamentos Mecanizados fez-me aperceber que, mesmo após o ciclo operacional, não sabemos trabalhar uns com os outros, existe

uma falta de conhecimento tático entre armas combinadas. O treino não deveria começar no terreno (FTX), mas sim muito antes disso, primeiro em sala, depois na caixa de areia e só após um intenso treino em sala é que passaríamos a treinar com os meios: primeiro de uma forma tipo *plastron* e depois em operações. Algo que poderia colmatar a falta de conhecimento tático e de técnicas e procedimentos, seria a constituição de um Estado-Maior com diferentes armas.

4. Transmissões

O conhecimento e treino dos procedimentos rádio-telefónicos e a disponibilização atempada das Instruções Temporárias de Transmissões (ITTM's), bem como uma uniformização de relatórios, permite a transmissão clara, curta e concisa das informações, impede o empastelamento da rede e a possível deteção por parte do Inimigo. Este treino pode e deve ser sempre feito em quartel, antes dos exercícios.

Também as verificações rádio não devem ser esquecidas (e não serem apenas efetuadas no próprio dia da saída!), ainda mais quando as sub-unidades trabalham com meios de comunicação tão diferentes, como os rádios americanos e a última ponta da tecnologia, o rádio P/PRC 525.

5. Pessoal

Após a alteração do quadro orgânico do Grupo de Carros de Combate e dos Esquadrões, em junho de 2009, com a eliminação da função de Sargento de Reabastecimento nos Esquadrões de Carros, o Sargento Auxiliar passou a acumular essas funções. No AgrMec em 2013 articulei o meu esquadrão da forma como dita o quadro orgânico. A conclusão a que cheguei foi a elevada sobrecarga do Sargento Auxiliar, que além do

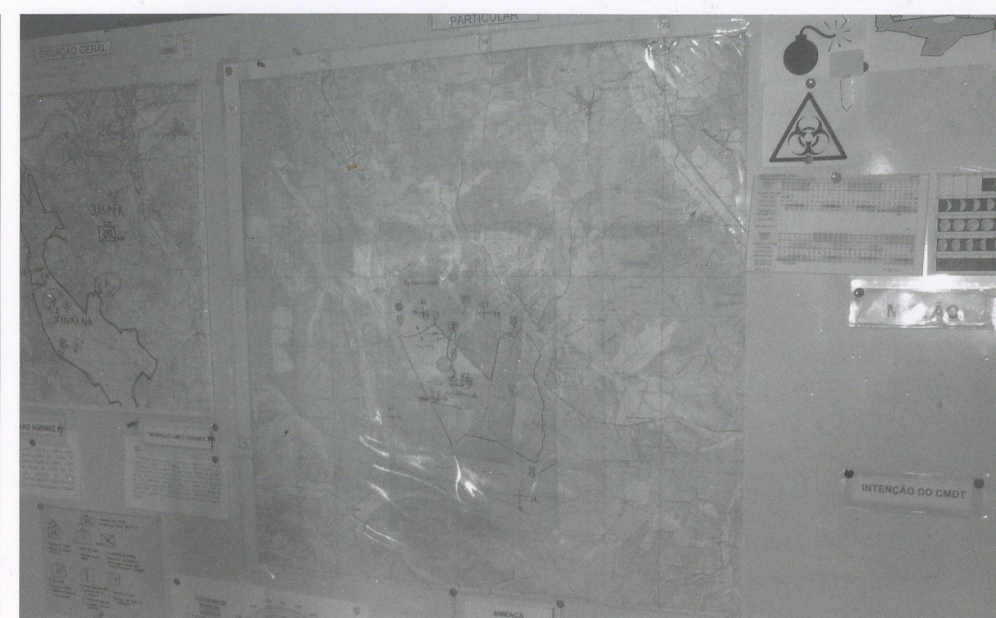


Fig. 5: PC SubAgr B – Exe Tigre 141

reabastecimento dos pelotões era o meu auxiliar direto no planeamento. Como tal, a partir de 2014 decidi definir as seguintes responsabilidades: os trens são da responsabilidade do Sargento Auxiliar, ficando o Posto de Comando à responsabilidade do Adjunto do Comandante; o 2º Comandante apesar de ser responsável pelo planeamento e controlo de toda atividade logística do Esquadrão, fica livre para controlo operacional.

A atribuição ao Esquadrão do mesmo Pelotão de Infantaria, do mesmo Observador Avançado, Secção de Sapadores ou da mesma Equipa Sanitária incrementa a sinergia e o *team building* e a implementação de rotinas.

6. Lacuna Conceptual

A doutrina portuguesa de emprego de armas combinadas é praticamente inexistente. Devido a esta lacuna conceptual, o emprego de mecanizados em armas combinadas, fica condicionado por táticas, técnicas e procedimentos que têm como principal referência as melhores práticas documentadas na doutrina de referência. A inexistência de normas de execução permanentes (NEP) de

AgrMec também não é um elemento facilitador.

DURANTE A OPERAÇÃO

1. CC em Operações de Estabilização

O treino tático das unidades de CC recai maioritariamente em Operações Convencionais. Em Operações de Estabilização, existe um vazio na doutrina portuguesa de emprego de mecanizados. A complexidade das Operações de Estabilização cria novos desafios. Superar os desafios gerados por adversários situados em diferentes pontos do espectro do conflito requer capacidades distintas, uma rigorosa utilização das capacidades cinéticas e não cinéticas, bem como um *mind-balance* flexível.

Apesar das Operações de Estabilização ao nível do planeamento serem centralizadas, são usualmente caracterizadas por uma execução descentralizada e na maioria das vezes a uma longa distância física do Comando do Sub-Agr. A prática do comando-missão e das armas combinadas ganha uma impor-



Fig. 4: CC 214 – Exe Rosa Brava 2013



22

O CC é um lugar exíguo, como tal, podemos e devemos desenvolver ferramentas que nos diminuam o tempo de resposta. Uma dessas ferramentas foi-me ensinada por um oficial de infantaria – utilização de fotografias aéreas sobrepostas em grelhas referenciadas. Esta ferra-

5 PDE 3-00, PÁG 2-37



A tática de pequenas unidades no Curso de Promoção a Oficial Superior

1. INTRODUÇÃO

O Curso de Promoção a Oficial superior (CPOS) integra o processo de formação ao longo da carreira de um Oficial do Exército e constitui condição especial de promoção ao posto de major. A nota final se for de classificação inferior a 14,5 impossibilita o concurso ao Curso de Estado-Maior (CEM).

A finalidade do curso é de conferir competências e conhecimentos técnico-militares necessários para o desempenho de cargos e funções como oficiais superiores. O curso está estruturado em duas partes, a componente comum e conjunta e a componente específica. Esta última é frequentada apenas por Oficiais do Exército e tem atribuído 156 tempos escolares, num total de 529¹.

A Tática Pequenas Unidades (TPU) é uma unidade curricular (UC), que se insere na componente específica, tem coeficiente 8 num total de 32 na fórmula relativa à avaliação da componente específica, sendo a mais alta de todas as UC (figura 1).

Numa visão realista sobre o curso e tendo em conta o valor relativo do peso dos coeficientes de cada UC, um bom desempenho na TPU assegura uma gestão mais tranquila do

curso, dando margem de segurança a eventuais transtornos que possam surgir no longo caminho de cerca de um ano.

A nota final do CPOS é importante na avaliação individual do sistema de avaliação mérito dos militares, e tanto docentes como discentes devem ter sempre noção desta importância e responsabilidade. Muitos capitães acordam para esta realidade perto do final do CPOS.

A TPU está relacionada com o emprego das unidades de cada Arma e Serviço em operações e esse deve ser o aspeto a que se deve dar maior realce. No caso específico da TPU/CAV é o momento em que os capitães de cavalaria se encontram a trabalhar isolados do resto do curso e sobre matérias relacionadas directamente e especificamente com a Arma de Cavalaria. Pretende-se que aspectos relativos à organização, emprego e tipo de equipamentos das

unidades de cavalaria sejam motivo de discussão para permitir fundamentar decisões que venham a ser tomadas no futuro.

2. ESTRUTURA DA TPU NO CPOS

No CPOS são trabalhados temas táticos (TT) de dois escalões, de Brigada na UC Brigada em Operações e de Bat/Gr, na UC TPU. Em cada escalão são desenvolvidos TT relativos a três tipos de operações militares: ofensiva, defensiva e estabilização. No caso da TPU podem ser ainda desenvolvidos TT relativos às tarefas complementares², mas sempre no contexto do TT da UC Brigada em operações.

A TPU tem uma duração de 90 tempos escolares (TE), o que perfaz cerca de 9 semanas no total, de forma não sequenciada. É conduzida numa fase inicial do

Unidades Curriculares	Coeficiente
Doutrina das Operações Terrestres (DOT)	3
Técnica de Estado-Maior Exército (TEM-E)	4
Brigada em Operações Defensivas (BOD)	4
Brigada em Operações Ofensivas (BOO)	4
Brigada em Operações de Estabilização (BOE)	4
Planeamento e Conduta de Ex. Táticos (CPX/CAX)	2
Tática das Pequenas Unidades (TPU)	8
Áreas Funcionais (AF)	3
Total:	32

Figura 1 – Coeficiente para efeitos de avaliação da Componente Específica
Referência: Plano do CPOS, 2013-2014, Parte II – 14

curso, em meados de Novembro e Dezembro, tendo em conta que o CPOS se inicia em Outubro e termina em Junho.

O objectivo geral da TPU é de conhecer, compreender, aplicar, analisar, sintetizar e avaliar a doutrina tática no emprego de pequenas unidades. Os objectivos específicos são:

- Identificar, interpretar, discutir e analisar a doutrina de diferentes tipos de operações militares ao escalão Batalhão ou o Apoio de Combate / Serviços ao nível da TPU;
- Aplicar os procedimentos e responsabilidades associados ao Estado-Maior Coordenador/ Técnico do escalão Batalhão ou o Apoio de Combate / Serviços ao nível da TPU;
- Avaliar a aplicação do potencial de combate de um Batalhão das Armas e Serviços num problema tático num tipo de operação militar;
- Argumentar os estudos de Estado-Maior em relação a um problema tático de um tipo de operação militar.

Relativamente à avaliação são realizados dois testes de avaliação, cada teste com a duração de quatro horas, no contexto de um TT relativo a uma determinada operação militar. Existe ainda a componente avaliativa resultante da participação durante os trabalhos em sala.

3. CONDUÇÃO DOS TEMAS TÁTICOS DE BRIGADA NO CPOS

Para melhor compreensão da forma como é ministrada a TPU é necessário contextualizar a UC Brigada em Operações, já que as duas UC encontram-se ligadas tem-

poralmente, e também interligadas em termos de planeamento.

As duas UC são conduzidas de forma sequencial o que privilegia a coerência em termos de planeamento de operações militares³. O esquema é relativamente simples. É conduzido um TT de Brigada em operações, por exemplo ofensiva, e de seguida é efectuado o TT TPU em operações ofensivas. O mesmo sucede para os outros tipos de operações, nomeadamente operações defensivas e de estabilização.

Para o planeamento das operações militares, quer na UC Brigada em operações como na TPU, é utilizado o processo de decisão militar (PDM). No decorrer do planeamento da operação militar, são efectuados todos os passos do PDM embora, face ao tempo disponível, exista naturalmente maior foco em determinados produtos (figura 2).

Fase 1	Recepção da Missão
Fase 2	Análise da Missão
Fase 3	Formulação das m/a
Fase 4	Análise das m/a
Fase 5	Comparação das m/a
Fase 6	Aprovação da m/a
Fase 7	Elaboração de Planos e Ordens de Operações

Figura 2 – Fases do PDM
Referência: PDE 5-00, 2007; 5-5

Na UC Brigada em operações, o CPOS é dividido em grupos, cada qual com elementos das diversas armas e serviços. Geralmente cada grupo é constituído entre 6 a 8 elementos, dependendo contudo do universo do curso. Os capitães assumem as funções de um estado-maior de Brigada, nomeadamente as funções de operações, informações, fogos e apoio de serviços. Todos os grupos fazem a apresentação de pelo menos um brífingue ao corpo docente, que assumem a figura de comandantes de Brigada.

4. CONDUÇÃO DOS TEMAS TÁTICOS DA TPU NO CPOS

O início da UC inicia-se com o seu lançamento que consiste essencialmente na apresentação dos objetivos pretendidos, aspetos relativos à avaliação e regras de conduta quanto às salas e equipamentos necessários. No início de cada TT é apresentado a constituição dos grupos, a calendarização e tipo de produtos a apresentar bem como a apresentação do TT propriamente dito (figura 3).

A TPU/CAV efectua o planeamento de três tipos de operações:

- Um TT/ Agrupamento Mecanizado (AgrMec), em operações ofensiva, defensiva, ou retrógradas;
- Um TT/ Grupo de Reconhecimento (GRec) em operações de reconhecimento;
- Um TT/ Grupo de Reconhecimento (GRec) em operações de segurança.

Reforça-se a ideia de que cada um destes temas enquadra-se num TT Brigada anteriormente desenvolvido. Por exemplo, pode ser desenvolvido o TT Brigada em Operações Ofensivas e a TPU/CAV desenvolver um tema relativo ao GRec dessa Brigada em operações de reconhecimento ou em operações de segurança.

Na UC TPU pretende-se que cada capitão assuma também as funções de comandante da Unidade, embora necessariamente tenha de responder a questões como oficial de Estado-maior, por exemplo, na fase 2 do PDM na análise da missão. Os grupos são geralmente constituídos por dois discentes.

Assim, na UC TPU são realizados três TT em sala e dois testes de avaliação. No final é feito um

Figura 3 – Exemplo da fita do tempo para apresentação dos Bríngues do PDM
Referência: Lançamento do tema TPU/ Cav, 2013-2014

5. ASPECTOS CRÍTICOS

A segunda razão está relacionada com a opinião manifestada pelos discentes sobre alguns assuntos, quer através do questionário de reação formação (QRF), ou em conversas, em ambientes mais informais. De

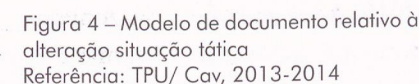
Tema tático de Grupo de Reconhecimento

Tema tático conjuntos com a Infantaria

capitães das duas Armas de manobra. O TT em conjunto possibilita aos capitães de Cavalaria e Infantaria tomarem consciência de formas distintas de resolução de determinados problemas resultante de experiências vividas em ambientes diferentes. Naturalmente surge sempre a discussão sobre a organização dos AgrMec. Face à evolução do combate, deve continuar a haver Agrupamentos constituídos de forma temporária, como acontece na BrigMec, ou deve-se passar para AgrMec constituídos de forma permanente, como acontece com os *Combined Arms Battallion* do Exército dos EUA? O facto de haver um TT conjunto de AgrMec potencia estas discussões o que só por si é uma mais valia.

A metodologia dos Exercícios de Decisão Táticos (EDT) tem sido empregue no TT AgrMec, em conjunto com a Infantaria. A metodologia é recente na TPU, mas não noutras situações, pois no GCC/BrigMec já tinha sido feito algo semelhante, naturalmente com outras condições e níveis pretendidos. No início contou-se com a experiência de docentes que tinham servido na EPI e que tinham conduzido este tipo de exercícios, nomeadamente o Maj Inf Ribeiro de Faria, responsável na altura pela TPU/ Inf. São constituídos grupos, com oficiais das duas Armas, sendo cada um constituído a 3 - 4 elementos. O grupo elabora os produtos solicitados relativos à fase 1 (recepção da missão) e fase 2 (análise da missão).

va inserido, nomeadamente a missão restabelecida e intenção inicial do comandante (produtos da fase 2 do PDM). Após as apresentações do conceito de operação, por parte de vários discentes, é difundida pelos docentes uma alteração à situação (figura 4).



Os discentes continuam em sala e de forma isolada, têm de apresentar um conceito de operação para fazer face à nova situação táctica. Para este trabalho dispõe de 10 minutos. No final deste tempo, voltam a ser apre-

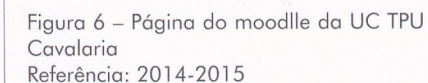


Plataforma moodlle

A difusão de todos os documentos é feita utilizando a plataforma *moodle*. Todos os documentos relativos aos TT bem como as publicações doutrinárias de apoio, ou com interesse para a UC são disponibilizados na plataforma.* Os documentos escritos que os grupos têm de apresentar também são dispostos na plataforma, geralmente 24 horas da véspera da exposição e apresentação. Este período de tempo possibilita que os docentes verifiquem o trabalho escrito num tempo adequado, para que a discussão tenha maior profundidade.

6. PROPOSTAS

Em termos de propostas contendo gostaríamos de salientar apenas um



dos aspectos, pelo impacto que poderia ter na formação dos oficiais de Cavalaria. Considera-se necessário haver maior coordenação entre os diferentes cursos ministrados na AM, CPC e CPOS. Para tal, os responsáveis pelas UC relacionadas com o emprego de Unidades de Cavalaria na AM e no CPC, poderiam assistir à apresentação dos produtos do CPOS. Não eram elementos activos, eram observadores. No final da UC TPU/ Cav todos os responsáveis, dos três cursos, ficariam com uma ideia do que era necessário alterar para haver coerência na formação contínua.

NOTAS

- 1 Estes tempos escolares correspondem ao CPQS-E Armas e Serviços (AS). O CPQS-E Serviços de Saúde e Serviços Técnicos (SS/ST) tem início, geralmente, em Novembro.
- 2 Termo que está de acordo com a PDE 3-01. No PDE 3-00 eram denominadas tarefas de transição.
- 3 Os autores deste artigo frequentaram o CPQS no ano letivo 2008-09. Nessa altura a UC TPU era ministrada perto do final do curso, geralmente no mês de maio.

Um percurso no digital

Em Fevereiro de 2014 a Revista da Cavalaria criou o seu sítio na internet e em Dezembro deste mesmo ano instalou-se no *facebook*. Diz-se que quem não está na internet não existe. Decididamente a Revista da Cavalaria quer existir. Mas a questão que importa hoje, neste último número em papel, colocar é se queremos mesmo existir. Não é um discurso pessimista, apenas realista. Vejamos os factos, tal qual eles são.

Quando tínhamos apenas a revista em papel, cada número era expedido para os associados e o assunto ficava resolvido por aqui. Nos meses seguintes íamos recebendo (muito pouco) o *feed-back* através de comentários ou conversas que surgiam no dia-a-dia das nossas unidades. Na versão digital temos sempre a possibilidade de fazer um balanço bem mais objetivo sobre o grau de interesse que os conteúdos do nosso sítio da internet vão despertando nos cibernautas, mas principalmente nos nossos associados.

As visitas.

Se observarmos com atenção as figuras 1 e 2 relativas às visitas ao nosso sítio nos anos de 2014 e 2015, respetivamente, podemos constatar

que a média em 2014 é pouco mais do que uma centena, sendo a exceção o mês de Dezembro com cerca de 260, e que corresponde ao mês em que aparecemos no *facebook* e através dele fizemos ampla divulgação da nossa página. Um outro aspeto que merece aqui ser destacado é o mês de Julho de 2015 que apresenta o valor de 382 visitas (o mais alto deste ano já que o valor do mês de Outubro não o consideramos pois de tão elevado parece corresponder a uma qualquer anormalidade) e corresponde ao mês onde foi lançado o nosso primeiro número completamente digital em parceria com o RC6. Esta análise simples permite-nos concluir com facilidade e realismo o carácter de complementaridade entre estas duas abordagens ao mundo digital. Se não obtivemos mais visitas é porque efetivamente a atividade na nossa página foi nestes dois anos, verdadeiramente residual.

Quem nos visita?

Um outro aspeto que merece ser analisado é a origem (em países) de quem nos visita. Em ambos os anos Portugal aparece, naturalmente!, no topo. Nas figuras 3 e 4 importa não só olhar para o número das “pages” (que corresponde às navegações nas sucessivas páginas do sítio) mas também à coluna de “bandwidth” que nos dá a dimensão dos down-

loads de informação feitos da nossa página. Assim se compreende que a Federação Russa apesar de muitas pages tem um reduzido número de *downloads* quando comparado, por exemplo, com o Brasil. A internet é efetivamente uma porta de acesso (em ambos os sentidos) para o mundo. Também importa olhar com mais rigor para estes números, principalmente para os dados da figura 5 que corresponde à duração das 5793 visitas à nossa página no ano de 2015. Aqui podemos constatar que a duração média é de 135 segundos, pouco mais de dois minutos, e que 90% das visitas não duram mais do que 30 segundos, quer isto dizer que a maior parte destas serão quase de certeza de “robots” que monitorizam a internet. As visitas que duraram entre 5 a 15 minutos não foram mais do que 95, o que corresponde a cerca de 1,6% do total das visitas. Não há dúvida que dá que pensar!

E os associados?

A somar aos números anteriormente apresentados temos os visitantes que se registam no sítio. Convém lembrar que toda a informação existente está em acesso livre exigindo apenas que quem quiser ter acesso a esses conteúdos tem que se registar, ou seja, fornecer um *username* e uma *password*, nada mais. Não é preciso pagar nada. Mais, no

verso da capa do número 29 fizemos a divulgação da forma pela qual os associados podiam fazer a validação do registo, já que a cada um foi atribuído por defeito um *username* e uma *password*. Resultados: 49 registos em 2014 e 54 em 2015, um total de 103. Para um universo de cerca

de duas dezenas de associados estes números são pobres, principalmente quando existem registos que não correspondem a associados.

O percurso digital já percorrido está longe de todas as potencialidades que pode oferecer à Associação Revista da Cavalaria para cumpri-

mento dos seus objetivos estatutários a bem da Arma de Cavalaria e do Exército Português. Haja entusiasmo na equipa da Direção e quem disfrute do trabalho que vai sendo realizado.

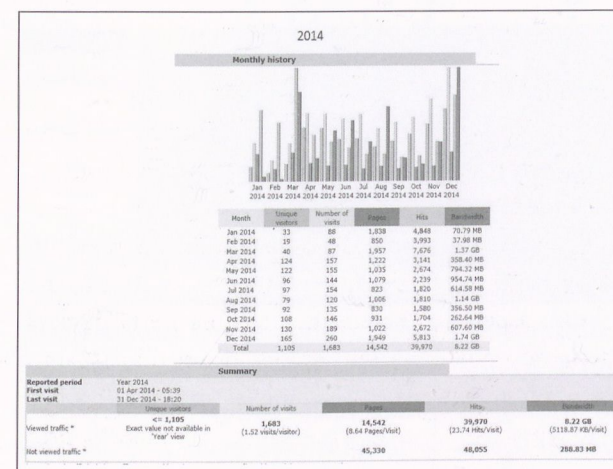


FIG. 1 - Visitas em 2014.

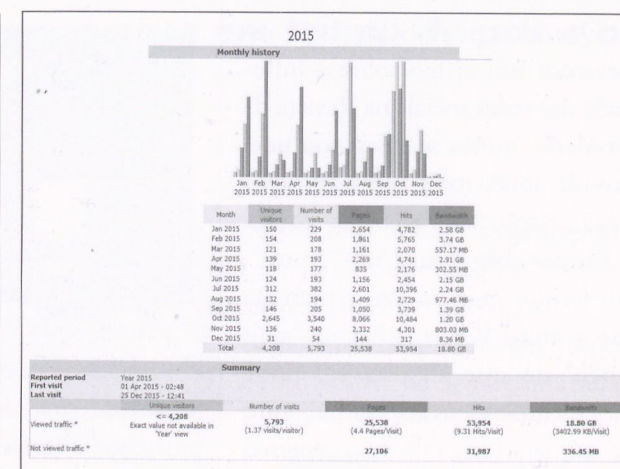


FIG. 2 - Visitas em 2015.

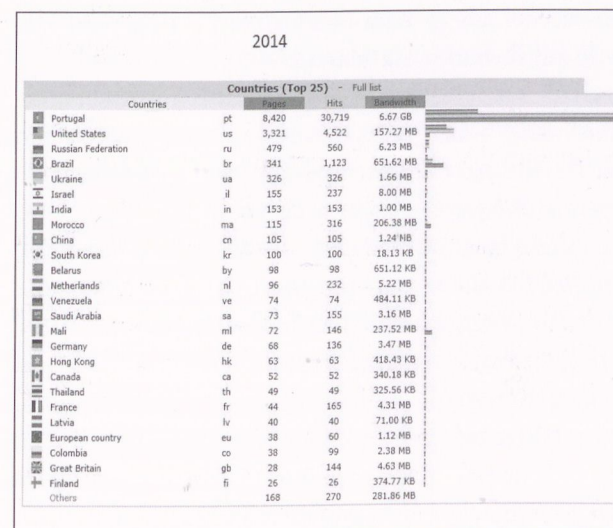


FIG. 3 - Origem das visitas em 2014.

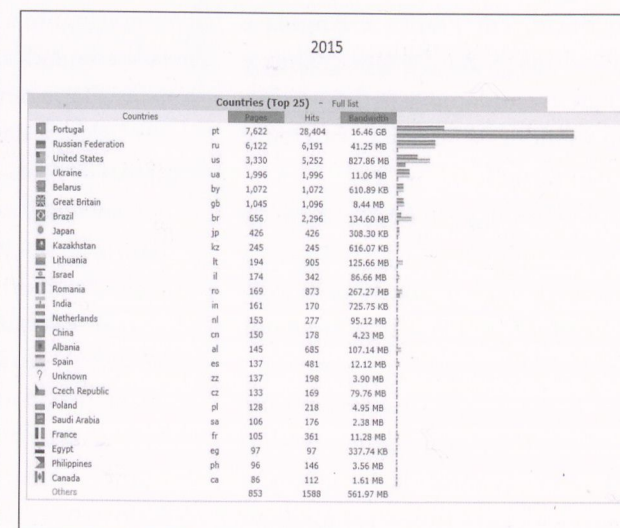


FIG. 4 - Origem das visitas em 2015.

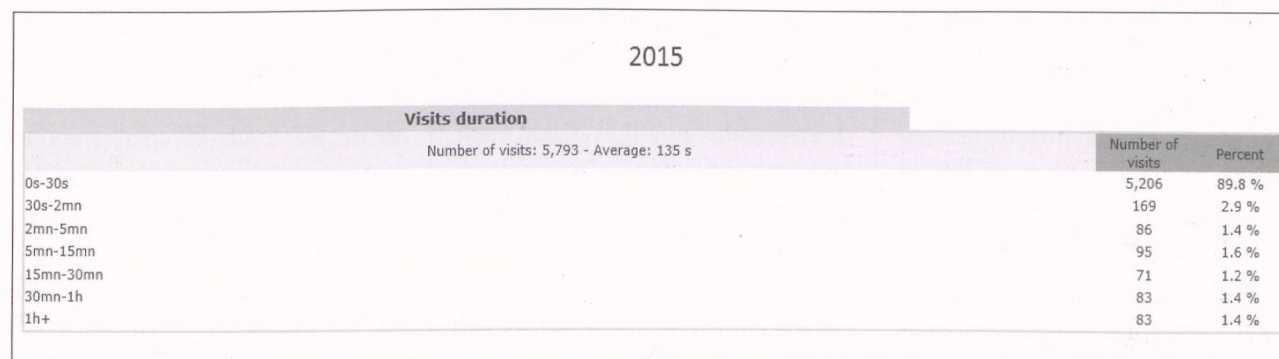
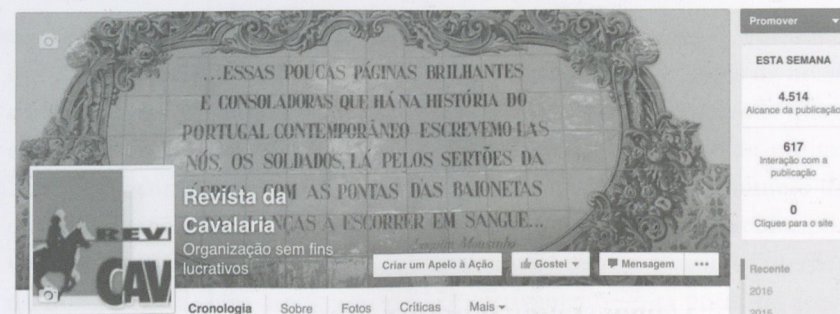


FIG. 5 - Duração das visitas em 2015.

A Revista da Cavalaria no Facebook – um ano depois.

Quando em Abril de 2015 escrevemos um artigo sobre a influência das redes sociais na Revista da Cavalaria, nunca se imaginou que, passado pouco mais de um ano após a sua criação no Facebook, conseguiríamos chegar aos 1500 “gostos”. Em termos práticos isto representa que a nossa Revista chegou “mais longe” do que alguma vez pôde chegar com os seus associados, tanto em número (cerca de duas centenas e meia de associados) como em geografia: a grande maioria reside em Portugal mas também há seguidores no Brasil, em França e Angola e até mesmo Nova Zelândia, Chile e Iraque (recordamo-nos de ter visto um seguidor na Síria que entretanto já não existe!).

A ideia inicial mantém-se: não se pretende substituir a revista per se, mas sim complementá-la, divulgá-la e dinamizá-la. Objectivo atingido? Consideramos que em parte sim. Ora vejamos: a Revista foi bastante divulgada como já pudemos constatar e a sua quantidade de “gostos” e “partilhas” são a prova que foi dinamizada. Mas, quanto a este último ponto, não tem sido fácil ir muito mais além disso. Os comentários acerca de variadíssimos temas são, a maior parte das vezes, raros ou inexistentes, mesmo quando desafiamos os nossos leitores e seguidores a partilhar a sua opinião. Quanto à sua complementaridade, ainda não



foi testada já que o sítio da Revista tem estado apenas com os “serviços mínimos”. Registou-se um ligeiro aumento no número de visitas do nosso sítio mas a intenção é uma interação fácil entre um e outro que leve o visitante a querer aceder aos nossos conteúdos, seja de que forma estiverem apresentados.

O balanço deste ano inicial – à experiência – da nossa Revista nas redes sociais permite-nos chegar a algumas conclusões imediatas e visíveis. Primeiro, os conteúdos são efémeros e voláteis no sentido em que, apesar de ficarem guardados e de fácil consulta em qualquer momento bastando para tal recuar no tempo, atingem um pico de popularidade e depois são rapidamente “esquecidos”. Segundo, os antigos militares pertencentes às nossas várias Unidades têm uma força tremenda já que, por vezes, são eles próprios os grandes impulsionadores de conteúdos que lhes dizem mais respeito: carros de combate, antigos Lanceiros, etc. Terceiro, este meio de comunicação em concreto não é muito propício a partilha de opiniões sob a forma de comentários. Ou isso, ou simplesmente são poucas as

pessoas que querem fazê-lo. Por fim, uma equipa de duas pessoas necessita de um reforço de mais uma ou duas pessoas para fazer face a períodos de férias bem como para expandir os temas: por exemplo, são raros os relacionados com o Regimento de Cavalaria N.º 3.

Para finalizar, e ainda sobre as redes sociais, conforme mencionado no artigo anterior, o objectivo de alargar a outras plataformas, como o *Twitter* e sobretudo o *LinkedIn*, mantém-se. A primeira porque tem uma forma de comunicação e de interação diferente e atinge um público-alvo, também ele, distinto. A segunda porque é uma rede social de prestígio utilizada apenas para fins profissionais. Quem sabe se não poderá ser uma porta de entrada para novas parcerias e novos desafios?

Ponto de situação em 24Jan16: 1515 gostos em que apenas 12% são do sexo feminino e uma média de 4,7/5 em 18 críticas até ao momento!

NOTAS

1 “A Revista da Cavalaria nas redes sociais” no N.º 31, Julho de 2015 (primeiro número completamente digital e disponível no sítio www.revistadacavalaria.com).

CAP Cav HUMBERTO ROSA
RL2

Sobre o Homem na Guerra

(sobre a psicologia, os heróis, o cidadão soldado, o soldado de carreira, os exércitos em tempo de paz e os exércitos em tempo de guerra)

Donald R. Burgett tinha 18 anos quando o seu país o chamou para a guerra. Corria o ano de 1943. No ano seguinte, numa noite famosa saltou sobre a Normandia. Para ele a guerra começava ali; a guerra a sério.

Sobreviveu-lhe. Entre o dia 6 de Junho de 1944 e o último dia de 1945, quando voltou para casa, Donald Burgett matou vários homens, viu morrer vários amigos e foi ferido três vezes. Um dia, ao levar uma mensagem, teve de correr cerca de duzentos e cinquenta metros por cima de cadáveres – Pisá-los, literalmente, porque não conseguia ver chão.

Em França, passou mais de trinta dias consecutivos de calor sufocante e noites mal dormidas, na Holanda, oitenta dias consecutivos de chuva e lama, na Bélgica, mais trinta dias consecutivos de muito frio e pouca comida, na Alemanha dormiu nas casas do inimigo e viu os esqueletos vivos do holocausto, em Berchtesgaden bebeu o champanhe de Hitler e soube que os Alemães se tinham rendido incondicionalmente, na Áustria saboreou a vitória e soube que a guerra tinha acabado.

Voltou para casa, em Detroit. Nessa noite de Ano Novo, foi beber uma cerveja a um bar do seu bairro. Não o serviram. Ainda não tinha 21 anos, era legalmente demasiado jovem para beber álcool!!! ...

Donald Burgett foi um jovem entre milhões de jovens que passaram pela guerra, um dos que teve a sorte de regressar a casa aparentemente sem cicatrizes mentais, pelo menos, a julgar pelo seu percurso de vida após a guerra. Mas como todos os outros, voltou um homem diferente.

ALEXANDRE GONÇALVES

pessoa sem hesitar, nega-lhe uma cerveja na noite de Ano Novo! É surreal, mas verídico. E não nos esqueçamos de que Donald Burgett, como todos os seus camaradas, bebeu “Calvados” na Normandia e “Schnaps” na Alemanha e na Áustria, diga-se de passagem, bastante deste último!

COMO SE CRIA UM GUERREIRO ...

O combate é o acto mais primitivo do homem inteligente e civilizado. De forma crua e nua, o soldado em guerra vive a experiência mais primordial do ser humano – a sobrevivência. Tal como fez o seu antecessor que vivia nas cavernas, tal como faz um animal que vive na selva. Os motivos que levam o homem actual a viver este tipo de existência é que são substancialmente diferentes, mas isso é outra história. Então como se cria um guerreiro? Como se prepara um homem para sobreviver no meio do caos, matar o seu semelhante e simultaneamente reter a humanidade, a dignidade, a moralidade e os princípios civilizacionais que o orientam? Parece uma tarefa difícil...

Surpreendentemente, prepará-

A sua experiência serve de exemplo e representa universalmente o combatente de ontem, de hoje e talvez o de amanhã, no entanto, escolhi o seu nome porque o episódio da “cerveja” ilustra bem o mecanismo moral e legal de uma sociedade em tempo de guerra e em tempo de paz – A mesma sociedade que o treinou para ser uma implacável máquina de guerra, que o preparou para matar outra

lo não é assim tão difícil – O país chama um jovem, a instituição veste-lhe um uniforme, dá-lhe uma cama, comida, um ordenado, disciplina, despe-o de privacidade na caserna e lança-o numa relação de intimidade com outros jovens que não conhece e com os quais poderá não ter absolutamente nada em comum. Endurece-lhe o corpo, e a mente, “anestesiando” ou removendo os sentimentos de fraqueza e doutrina-o na nobreza da sua profissão, na justiça da sua causa e na glória da bandeira pela qual está disposto a dar a vida.

O Regimento onde aprendeu as regras da guerra juntamente com mais dois mil e quinhentos camaradas é o melhor Regimento do mundo, a Divisão da qual fará parte é a melhor Divisão do mundo e o Exército a que pertence é o melhor Exército do mundo. Do país nem se fala. As regras que aprendeu são simples – Operar com eficácia automatizada contra um inimigo que foi treinado e doutrinado exactamente da mesma forma. Matar para não ser morto, ganhar a guerra e voltar para casa.

A grande dificuldade reside na capacidade do soldado continuar apto para matar e simultaneamente manter a humanidade no campo de batalha, porque quando se é confrontado com o inferno do combate, o mundo fica virado do avesso e a realidade torna-se surreal. É muito mais fácil ceder à desumanização, até porque, mais facilmente se sobrevive. A integridade moral é a grande questão, quando a morte de um ser humano ou de um animal passa a ser encarada com naturalidade e indiferença. Para mais, e como sabemos, a capacidade da mente humana absorver o choque e adaptar-se à realidade prevalente

é enorme e processa-se de forma muito rápida. A inevitabilidade do sofrimento e do sacrifício é aceite, interiorizada e ponto final. Como escreveu o grande correspondente de guerra Ernie Pyle, os soldados endurecidos pelo combate tornam-se “sócios seniores na instituição de matar”.

A IDADE E O TEMPO...

Como medir e comparar a idade entre um combatente e um não-combatente da mesma idade? Como medir e comparar a noção de tempo na paz e a noção de tempo na guerra? Não há medição nem comparação possível. Não pode sequer haver – É como comparar duas espécies diferentes.

Quem fez a guerra é sempre mais velho, mesmo em relação a alguém mais velho que não a fez. Muitas vezes física, mas sobretudo e sempre, mentalmente. No entanto, para aqueles que conseguiram manter a cabeça a funcionar bem durante e depois da guerra, esta “velhice” precoce tornou-os, sem excepção, melhores pessoas.

Os jovens velhos

Quem fez a guerra durante um ou dois anos, um ou dois meses, mesmo um ou dois dias, viu, fez e sentiu “coisas” que uma pessoa “normal” não vê, faz ou sente durante uma vida inteira. Tal como existem variados tratamentos de rejuvenescimento, também os há de envelhecimento, sendo que a guerra é talvez o curso de “velhice” mais intensivo e completo que existe. Quem, em dada altura, convive diariamente com a morte e a sobrevive, ganha um doutoramento “honoris causa” na área da vida.

Outra questão pertinente

assenta na velha máxima de que a “tropa faz de ti um homem” (homem, no sentido de adulto) Pese o facto de – na minha opinião – ser um “chavão” superficial e com o qual não concordo, há quem acredite piamente que é verdadeiro. Obviamente, para fundamentar a minha opinião, posso apenas falar por mim, ou melhor, pela minha experiência pessoal, enquanto militar que fui. A tropa não fez de mim um homem (adulto) porque, foi sempre a “brincar”. Não interpretem mal o termo brincar! É evidente que a minha condição física e mental saiu robustecida, mas dos ensinamentos que interiorizei, o mais importante e válido foi o seguinte – se fosse a sério, estaria morto nos segundos iniciais do meu primeiro “confronto”. Não teria sequer tido tempo para dar um contributo, quanto mais para ser um herói. Eu e o meu pelotão inteiro.

O que torna um jovem soldado num homem (adulto) é a guerra real, não a preparação para a guerra, da mesma forma que um jovem civil se torna homem (adulto/independente) com o trabalho real e não com a preparação para o trabalho. Não esquecer que a guerra é o trabalho real do soldado e que a preparação para esse trabalho é muito mais difícil do que a preparação para o trabalho civil.

O jovem adulto civil e o jovem adulto soldado

O civil jovem que se torna adulto e que não tem de ir à guerra, deixa de estudar e tem como preocupações encher o carrinho do supermercado com todos os tipos de bolachas, bolos, bolinhos e aperitivos, ir ao ginásio antes das férias, comprar o novo modelo do que quer que seja, ir ao tal

país exótico... a sua ambição? Ser promovido no emprego, um segundo carro, uma segunda casa... O combatente (que já foi civil) deixa de estudar, é “atirado” para a recruta, vai para a guerra e tem como preocupação manter-se vivo mais uma hora, mais um dia, conseguir uma refeição quente, um duche quente, uma bebida fresca, um buraco mais confortável, um chão mais macio, não estar encharcado, gelado, enlameado, enfim, não se sentir absolutamente miserável. A sua ambição? Apenas e só o fim da guerra. Quando volta a casa, terá de recomeçar a fazer tudo aquilo que interrompeu tão bruscamente – uma vida “normal”. Igual à vida do seu vizinho do lado que continuou sentado no sofá a ver televisão. Para alguns, essa adaptação é fácil, para outros é difícil, para outros ainda, é impossível.

A futilidade e a superficialidade da vida civil

Todos os combatentes que regressam à vida civil experimentam uma sensação de vazio, de futilidade e superficialidade – nas relações afectivas e sociais, nas prioridades, no trabalho, etc. Esta falta de enquadramento e desenraizamento social pode ser superada com a ajuda da família, dos amigos, por uma vida com significado, pela conquista de objectivos pessoais numa dinâmica civil, mas, em muitos casos, pode conduzir a um isolamento irreversível, a problemas de alcoolismo, droga, agressividade e mesmo ódio pela sua própria sociedade civil ou pelos antigos inimigos, ódio esse que se mantém e é transferido para os civis das nacionalidades que foram (ou são) inimigas. Muitos ex-combatentes da 2ª Guerra

Mundial continuam a odiar todos os alemães e japoneses, tal como muitos outros, hoje, continuarão a odiar todos os “árabes”.

A falta de equivalência profissional pode ser um problema – O Cabo Eugene Sledge foi desmobilizado em 1946, e já no seu país, apresentou-se num centro de emprego; a funcionária perguntou-lhe o que os Marines lhe tinham ensinado que pudesse ser útil para trabalhar – “Minha senhora, os Marines ensinaram-me a matar Japoneses, não sei se terá alguma utilidade!” (Eugene Sledge foi mais tarde, e durante toda a vida professor universitário de biologia e autor, entre outros, do livro “With the Old Breed at Peleliu and Okinawa”)

Voltar à guerra

Este “vazio” e a incapacidade de adaptação ao modo civil faz com que muitos ex-soldados se realistem para novas comissões ou novas guerras. Outros há, que descobrem a sua verdadeira vocação na carreira das armas. Outros ainda, voltam para a guerra pelo simples facto de se sentirem inúteis “cá fora”. Depois há aqueles que voltam porque se tornaram viciados na guerra – na adrenalina, na aventura, no perigo, na superação de si próprios. Finalmente, há os que voltam porque não conseguem estar “aqui” no “bem bom” sabendo que os outros estão “lá”, no “bem mau”. Fazem-no pelos outros, sejam eles desconhecidos ou amigos.

O tempo do agora

O filósofo J. Glenn Gray, autor da obra de referência “The Warriors”, ele próprio, soldado de combate na 2ª Guerra Mundial, define a noção de tempo na guerra como “a tirania do presente”. Não conheço melhor

definição.

De facto, para o soldado na “Linha da Frente” não há passado nem futuro, apenas o presente, tornado tenso pela ameaça constante da morte violenta e da mutilação física. Este presente é inúmeras vezes medido em minutos. O fim de uma barragem de artilharia de trinta minutos proporciona ao combatente o vislumbre de, talvez, mais meia hora de vida. Se não houver nenhum imprevisto, o fim de um dia de combate, proporciona-lhe a reconfortante sensação de umas horas de vida, e de descanso!

Para o soldado em guerra, o passado torna-se irreal, uma outra vida, já muito distante, escondida por si próprio, inconscientemente, num recanto inacessível da mente. Para quem vive um presente nestas circunstâncias, o passado traz sempre recordações e memórias de boas coisas, e isso pode ser contra produtor, ou mesmo fatal para um soldado – a saudade da família, da namorada/o de casa, dos amigos pode enfraquecer a mente, podendo mesmo conduzir à depressão. A família de um combatente são os seus camaradas – a família presente, no presente. Por outro lado, para outros combatentes é precisamente esse passado e a saudade que o mantém “agarrado” à vida, que o fazem ter esperança no regresso a casa. No entanto, casos há em que o passado é bloqueado e mesmo apagado conscientemente – Os homens que tiveram um passado mau, uma infância infeliz, estão melhor agora, mesmo na guerra, porque os seus amigos lhe providenciam simultaneamente o passado e o presente – são, muitas vezes, a sua única família.

Do futuro, não se quer falar. É a “coisa” mais incerta para um

soldado. O futuro está representado na fotografia da “sweetheart” e/ou do filho, presa no interior do capacete, na seda do pára-quadras que se transporta na mochila e que servirá para o vestido de casamento da sua noiva. Há, no entanto, um mecanismo mental em muitos soldados que lança uma ponte física com o futuro, consciente ou inconscientemente – a caça de “souvenirs”. Glenn Gray explica o porquê de muitos soldados correrem riscos consideráveis para conseguirem um item que pertence ao inimigo, seja um poncho, uma bandeira, um capacete, uma arma etc. – “Os souvenirs assumem-se como um objecto que dá ao soldado alguma forma de garantia em relação ao seu futuro, para lá do ambiente destrutivo do presente. Representam uma promessa de que irá sobreviver.”

A PSICOLOGIA DO COMBATENTE

O professor Paul Fussell, autor do livro “*Wartime*” e também ele, combatente na 2ª Guerra Mundial, afirma que o soldado ao entrar em combate pela primeira vez, passa por três fases: pensa para si próprio que – “Não me vai acontecer nada, sou esperto, estou bem treinado, estou em forma, sou querido, tenho mulher, filhos, família, amigos, etc.” Passadas poucas horas, a primeira atitude dá lugar a – “Afim pode acontecer-me, é melhor ter mais cuidado, ver por onde ando, não denunciar a minha posição ao fazer fogo, etc.” Finalmente, ganha consciência de que – “vai acontecer-me, vou ser atingido! A única forma de não ser morto é não estar aqui (na linha da frente)”.

Por norma, os soldados

de unidades de elite são mais bem treinados e equipados. Consequentemente, o seu “espírito de corpo” e o seu “moral” são mais elevados. Partem portanto para a guerra mais confiantes, mais destemidos, mais ousados e muitas vezes mais arrogantes. Mas sem experiência de combate real.

É obvio que a sua preparação colhe dividendos e opera milagres em situações difíceis e por vezes desesperadas, mas não nos esqueçamos nunca de que a experiência de combate é a maior salvadora de vidas.

Esta atitude tão típica das tropas especiais, pode colocar em risco desnecessário a vida de soldados nos seus primeiros confrontos. Por outro lado, os soldados das unidades regulares, tendem a ser mais cuidadosos nos primeiros “contactos” – O sentido de auto-preservação compensa a menor preparação.

A ousadia combinada com a falta de experiência pode ter resultados fatais para o soldado demasiado confiante. Quando tem a sorte de sobreviver ao erro e a capacidade de o reconhecer no momento ou logo após, ganha imediatamente uma valiosa dose de experiência.

Que o diga Carwood Lipton, Pára-quadrista da 101ª Divisão Aerotransportada e cujo exemplo do seu “baptismo de fogo” não poderia ser mais adequado – refiro-me ao famoso assalto à Bateria de 105’s instalada em Brecourt. O Sargento Lipton, com a visão do campo de batalha bloqueada por uma sebe, mas a transbordar de adrenalina e “bravado”, resolveu subir a uma árvore, convencido de que a folhagem o tornaria invisível; como seria de esperar, os alemães que estavam do outro lado viram-no e resolveram praticar tiro ao

alvo, felizmente, nenhum deles era grande atirador... Quando desceu aquela árvore disse a si próprio que nunca mais faria nada tão estúpido!

Lidar com a morte

Durante o combate, um soldado parte do princípio que a morte ou um ferimento grave “acontece sempre ao outro”. Aliás, tem mesmo de pensar assim, caso contrário ficaria paralisado pelo medo. Ele e todos os outros.

Depois da guerra, ou em momentos de descanso fora da linha da frente, este pensamento “egoísta” mas perfeitamente legítimo, gera remorsos e converte-se em sentimento de culpa por parte dos sobreviventes – “Porquê ele e não eu?” – Para além da verdadeira modéstia, este sentimento de culpa leva os Veteranos a apontar os camaradas mortos como sendo os verdadeiros heróis. Eles – os sobreviventes – são apenas sobreviventes, são os que tiveram sorte.

A morte de um camarada causa apenas uma ligeira e passageira emoção e mesmo a morte de um amigo raramente é chorada no momento – é recalcada e guardada para “segundas núpcias” porque na altura, não há tempo para chorar.

Quando é o melhor amigo a morrer, a sensação imediata é quase sempre de atordoamento, uma espécie de dormência, de negação. Por vezes, a tristeza demora muitos anos a ser libertada, como no caso de Donald Malarkey – o seu melhor amigo, “Skip” Warren Muck morreu em Bastogne, mas foi preciso esperar 60 anos para o Sargento Malarkey chorar a sua morte – “... então, naquele dia em 2004, quando fui ao cemitério onde o “Skip” está enterrado, ajoelhei-me, coloquei as flores junto à cruz

branca, como sempre fiz nas outras vezes que visitei a sua sepultura. Mas desta vez fiz algo mais, há muito devido e libertador, chorei 60 anos de lágrimas.”

O medo

O medo é talvez a faceta mais “visível” da guerra. Manifesta-se de várias formas e é enfrentado de tantas outras. Tanto pode salvar a vida como provocar a morte.

É, indiscutivelmente, a única sensação partilhada por todos os soldados. Uns lidam com ele de uma maneira, outros doutra, mas todos o sentem. Há quem consiga ultrapassá-lo, mas para aqueles que não conseguem, tornam-se, logo ali, uma baixa de combate e têm de ser imediatamente evacuados – o medo é exponencial e altamente contagioso. Por vezes, o medo é irreversível, por vezes, passageiro. Um bom líder, ou mesmo um amigo, pode, com as palavras certas ou a atitude certa, expulsar o medo de um soldado e fazê-lo “regressar”.

Um exemplo muito interessante é o de Albert Blithe, ajudado a ultrapassar o medo de duas formas muito diferentes, por dois líderes muito diferentes.

Blithe, Pára-quadrista da 101ª, encontrou-se sozinho num campo da Normandia no Dia-D, mas, em vez de procurar os camaradas, refugiou-se numa valeta. Apenas com o nascer do dia, conseguiu sair do buraco onde permaneceu toda a noite, paralisado pelo medo. Em Carentan, dias depois, Blithe estava de guarda uma noite quando o Tenente Ronald Spiers, ao efectuar uma ronda lhe perguntou se estava tudo bem. Blithe aproveitou para lhe contar o sucedido. A resposta do Tenente Spiers é elucidativa e merece ser transcrita em forma de diálogo:

- Sabes porquê te escondeste naquela vala Blithe?
- Estava com medo Sir!
- Medo, temos todos... tu não te escondeste na vala porque tinhas medo, tu escondeste-te porque ainda tens esperança, mas, Blithe, a única opção que te resta é aceites o facto de já estares morto! Só assim podes funcionar como é suposto um soldado funcionar, sem remorsos, sem medo. É a única maneira de ganharmos esta guerra...

Este tipo de abordagem poderá parecer insensível, mas é honesta e, numa perspectiva meramente formal/operacional, é “discutivelmente” correcta.

Dias depois, após o ataque a Carentan, o medo voltou a dominar Blithe, ao ponto de lhe provocar cegueira. Uma cegueira temporária a que os médicos chamam de “Cegueira Histórica”. O seu Comandante, o Tenente Richard Winters visitou-o na enfermaria, e com a sua típica abordagem humanista, devolveu a visão a Blithe. O enfermeiro Eugene Roe nem queria acreditar!

Ainda em Carentan, na desesperada defesa ao esperado contra-ataque alemão, Blithe voltou a quebrar, enfiando-se de novo numa trincheira. Desta vez, o Tenente Winters estava a seu lado e com palavras mais firmes, em plena batalha, “recuperou” de novo – e definitivamente – o seu camarada. Numa cruel ironia, Blithe seria gravemente ferido numa patrulha em que seguia como “lead scout” três semanas mais tarde. Foi evacuado para Inglaterra. Para ele, esta guerra tinha acabado, mas permaneceu no exército, tendo combatido na Coreia e no

Vietname. Retirou-se do serviço activo como “Staff Sergeant”. Com diversas condecorações por bravura.

O moral

O moral é um factor decisivo no desenrolar e no resultado final do combate, seja numa pequena operação, numa grande batalha ou na própria guerra. O moral, quando aliado à crença na causa que se serve é talvez o maior responsável pela coesão de uma Nação, de um Exército, de uma Unidade Militar. A Unidade mobilizadora do moral é a Divisão, a Brigada ou o Regimento; é ela que incute o nível de moral aos seus membros, maior ou menor, consoante o prestígio, a tradição, o “currículo” a dureza do treino etc. Mas o moral “vai de baixo para cima” – começa no soldado individual. Obviamente, o soldado tem a noção e o orgulho de pertença à sua Divisão, mas a sua lealdade vai para o melhor amigo, para a Secção, para o Pelotão, para a Companhia, terminando normalmente nesta última. O Batalhão já é demasiado grande, tem outras Companhias que não a sua e o seu Comandante está, regra geral, sentado numa secretária e demasiado “longe” dos homens. O espírito combativo e a perseverança do soldado individual – o seu moral – é alimentado e mantido pelos companheiros de trincheira, os homens que estão sempre ao seu lado.

A exaustão, o desejo de desertar, de provocar ferimentos auto-infligidos para “sair dali”, o próprio medo, são anulados de forma muito mais sentida pela vontade de não deixar ficar mal os camaradas da sua Secção, Pelotão ou Companhia e de ele próprio não ficar mal visto aos olhos dos companheiros, do que a perspectiva de deixar ficar mal a

Divisão, a Brigada ou o Regimento.

O moral, tal como o medo, é exponencial e altamente contagioso – um soldado desmoralizado pode afectar a sua Secção inteira, da mesma forma que uma Divisão desmoralizada por vários insucessos pode afectar um exército inteiro. Escusado será dizer que um Exército desmoralizado pode afectar o resultado de uma guerra.

A história militar esta repleta de exemplos de pequenas forças moralizadas que infligem pesadas derrotas a forças muito maiores em número e armamento.

O acto natural de matar e ser morto

“O disparo sobre o meu primeiro homem “cara a cara” não estava coberto pelos manuais de instrução da Escola de Infantaria de Fort Benning. Fiquei profundamente abalado e muito contente por não o ter morto. Só o choque já foi suficientemente mau e o violento duelo de Viaturas Blindadas a que acabara de assistir também não ajudou. Ainda estava a tremer e teria sido incapaz de me defender. A minha primeira hora de combate tinha valido pela vida inteira e pensei que não ia chegar ao fim do dia.”

Quem o diz é George Wilson, autor do excelente livro *“If you Survive”* e Oficial da 4ª Divisão de Infantaria, ao descrever a sua primeira experiência de combate.

Os relatos de Veteranos que descrevem as suas primeiras experiências de combate e principalmente as primeiras mortes de soldados inimigos, demonstram quase sem excepção uma humanidade ainda muito presente. O choque de matar alguém pela primeira vez, mesmo sendo um inimigo é sempre brutal

e só não é pior ainda porque a doutrinação e a existência de um “estado de guerra”, justificam e amenizam o acto. A maior parte dos soldados menciona que a primeira vez que disparou contra um inimigo não teve a certeza se o matou – ou porque estava a alguma distância, ou porque a confusão era muito grande, etc. Há contudo excepções e razões que levam os homens a matar friamente pela primeira vez, como no caso do Sargento Bill Guarnere, que foi informado da morte do seu irmão mesmo antes de entrar no avião que o levou para a Normandia – “...durante as duas horas e meia que durou a viagem eu só pensava no Henry, estava obcecado, era um assassino à solta, nunca queiram sentir aquela raiva! Só queria encontrar aqueles malditos alemães e matá-los a todos!...” “...sim, matei muitos alemães nessa noite, no Dia-D... foi por isso que me puseram a alcunha de “Wild” Bill...”

Um aspecto muito importante do ponto de vista da psicologia do combatente em relação ao acto de matar, pode ser encontrado no acto de caçar – muitos combatentes, homens do campo e da montanha, eram caçadores antes de irem para a guerra, deixando de o ser depois da guerra. O Sargento Darrel “Shifty” Powers, caçador desde tenra idade por influência do pai e exímio atirador, é um exemplo a seguir – “quando a guerra acabou, na Áustria, fomos caçar veados para o jantar... tinha um veado na mira... mas quando aquele magnífico animal olhou para mim, não fui capaz de disparar... estava farto de morte.”

Esta constatação, embora assumida num contexto “militar”, transcende em muito a perspectiva psicológica do combatente –

remete-nos para a própria natureza do ser humano enquanto espécie que se considera superior e, por isso dominante em relação a outras espécies. Mesmo em relação à sua própria espécie, ou não fosse a 2.ª Guerra Mundial um exemplo paradigmático desta infeliz condição humana.

Os heróis

A palavra mágica! O que todos gostaríamos de ser, nem que seja por um dia.

Qualquer pessoa pode ser um herói, mesmo não o sabendo, seja civil ou militar, mas ser um herói não é nada fácil, que o digam aqueles a quem chamamos heróis mas que não se vêem como tal...

Na vida civil, em tempo de paz, os verdadeiros heróis contam-se pelos dedos de uma mão, no caso dos soldados, por muitos milhares de cruzeiros e outros tantos que ainda cá estão. Mas é natural que assim seja, porque é nas situações extraordinárias que nascem os heróis.

Pela própria natureza da sua profissão, o estatuto de herói é altamente apelativo para o soldado. Ser um herói é para muitos militares uma ambição, um objectivo, uma mais valia importantíssima no seu curriculum e na sua carreira. Mas o verdadeiro herói nunca o é por motivos pessoais ou egoístas, mas sim, e sempre, pelos outros. Sejam os outros, pessoas, animais ou mesmo o país e a causa que servem. Muitos soldados pagam um elevado preço pelo heroísmo, muitos outros pagam o derradeiro preço – a própria vida.

O instinto de auto-preservação está sempre presente, muito particularmente em combate. É a “coisa” que nos mantém vivos. Então como é possível que uma

pessoa esteja disposta a arriscar e/ou a sacrificar a sua vida por outro ou outros seres vivos? O que se passa na cabeça de alguém que normalmente tem a vida toda pela frente, no exacto segundo em que toma a decisão que pode provocar a sua morte para salvaguardar a vida de terceiros? Uma grande coragem, sem dúvida, mas, muito mais do que coragem, um atributo que o separa do “comum mortal” – a capacidade de ver e sentir para lá de si mesmo. Uma “mistura” de doses invulgarmente elevadas de compaixão, abnegação, integridade e humanismo. Quando essa capacidade é posta em prática, nasce um herói.

Considero que existem dois tipos de heróis reconhecidos “oficialmente” como tal, e que defino como heróis “acidentais” e heróis “conscientes”. O herói acidental é a pessoa que se vê subitamente envolvida numa situação imprevista e anormal, e que, dadas as circunstâncias, ganha coragem e forças que não sabia ter, mantém a “cabeça fria” e “salva o dia”. Este tipo de heroísmo é fundamentalmente civil e realizado em tempo de paz – Uma catástrofe natural, um naufrágio etc. O herói consciente é fundamentalmente o soldado em tempo de guerra, aquele que se lança para cima de uma granada para salvar os camaradas, que fica e morre sozinho para cobrir a retirada dos camaradas, que se oferece para “ir” no lugar do camarada e sabe que pode não voltar, etc., etc., etc. Mas nem todos os heróis morrem; há os que fazem tudo isto, sobrevivem e não se consideram heróis. Não conheço nenhum que se considere como tal – e não por falsa modéstia – todos, sem excepção fizeram, e fazem-no porque simplesmente é o que tem

de ser feito. Cabe-nos a nós, que não o somos, chamá-los de heróis. Há um terceiro tipo de herói, não reconhecido “no papel” por um ou mais actos de bravura – o soldado que “apenas” vive o dia-a-dia da guerra – Quem consegue passar parte da sua vida nas condições mais miseráveis que se possa imaginar, a ver os amigos morrer, que se deita exausto e imundo num buraco e acorda no dia seguinte para voltar a repetir tudo de novo, dia após dia, noite após noite, sem saber quando termina, é para mim um herói.

Como se consegue fazê-lo? Sinceramente não sei.

Todos diferentes, todos iguais

David Kenyon Webster foi talvez o único “enlisted men” licenciado que serviu no Exército americano durante a 2ª Guerra Mundial. Poderia ter sido Oficial, mas alistou-se como Praça e terminou a guerra como Cabo, tendo recusado uma promoção a Sargento. Fê-lo propositadamente, para poder observar a guerra “de baixo”. Webster era um homem dos livros, com um curso de Literatura Inglesa tirado em Harvard. Vinha da cidade e tinha sangue Inglês e Escocês por parte dos pais. Na vida civil, dificilmente teria feito amizade, ou sequer conhecido os camaradas com quem serviu durante a guerra, no entanto, as relações mais significativas que guardou na memória, viveu-as com eles – com mineiros da América profunda, com “chicos espertos” da cidade cheios de “escola da vida”, com “hilly billy’s” e “Rednecks” do campo e da montanha, com operários de fábrica. Muitos deles com uma educação deficiente e que raramente tinham saído do seu bairro. Ao contrário dos Ingleses,

Franceses e alemães, muito poucos soldados (praças) americanos tinham sequer o Liceu completo. David Webster foi para a guerra, também para poder escrever sobre o que viu; e assim o fez. O livro que escreveu – *“Parachute Infantry, An American Paratrooper’s Memoir of D-Day and the fall of the Third Reich”* é uma obra de referência para quem quer perceber melhor o que é a guerra. As suas memórias são um testemunho valiosíssimo de como homens tão diferentes se juntam sob uma causa comum, aprendem uns com os outros e emergem como pessoas mais válidas. David Webster foi jornalista e escritor depois da guerra, aliás ele já sabia o que queria ser, mas o que é interessante e importante é o facto de muitos dos seus camaradas de Companhia se terem licenciado depois da guerra; mais importante ainda é o facto de muitos deles se terem tornado professores – a importância da experiência tão significativa pela qual passaram, criou nestes homens uma necessidade de ensinar as gerações seguintes, fosse qual fosse a área de ensino.

O exemplo inspirador de David Webster, entre tantos outros, serve para sublinhar a importância das Forças Armadas em tempo de guerra, enquanto elemento aglutinador de diferentes sensibilidades, educações, vivências, raças e religiões, em nome de uma causa comum. Entre os soldados de combate não há brancos, pretos, amarelos, vermelhos, ricos, pobres, instruídos, ignorantes, cristãos, ateus, judeus ou muçulmanos. Há porventura, aquilo que Ernie Pyle tão bem descreveu como “a velha fraternidade da guerra”.

Os soldados que nunca foram à guerra

O 2º Tenente Hank Jones terminou o curso na Academia de West Point no dia 6 de Junho de 1944, em pleno Dia-D. Jones queria ser Pára-quedista; foi para Fort Benning, fez os cinco saltos e ganhou as cobiçadas “asas”. Em Dezembro estava preparado para lutar, mas como qualquer jovem Oficial de carreira sem experiência de combate, queria provar que “tinha o que era preciso”. Queria entrar em combate antes da guerra terminar. Colocado no Regimento 506 da 101ª Divisão Aerotransportada como “Replacement Officer”, a sua oportunidade de “trabalhar” surgiu em Janeiro de 1945, quando foi enviado para a lendária Companhia “Easy”, cujos efectivos tinham sido drasticamente reduzidos em Bastogne durante a Batalha das Ardenas. A 101ª estava na Cidade de Haguenau, na fronteira entre a França e a Alemanha. Apresentado ao Capitão Ronald Spiers, na altura o Comandante da Companhia, Jones foi informado da patrulha que estava a ser preparada com o objectivo de atravessar o rio e capturar alemães para interrogatório. Como seria de esperar, ofereceu-se de imediato como voluntário. Spiers olhou para o jovem e respondeu-lhe um lacónico – “não, não tens experiência”.

A patrulha seria conduzida pelos “restos” do 2º Pelotão, que não tinha sequer um oficial como comandante e seria liderada pelo Sargento de Pelotão Donald Malarkey. (mais tarde substituído pelo Sargento Ken Mercier) Mas o Tenente Jones não desistiu e dirigiu-se ao Capitão Winters, na altura o Oficial Executivo do 2º Batalhão. Winters olhou “de alto

a baixo” a sua farda de combate imaculadamente limpa e limitou-se a dizer “pedido recusado Tenente Jones, mais alguma coisa?” Mas Jones insistiu – “Sir, eu acho que devia participar na patrulha, preciso de ganhar experiência!” Winters apreciou a frontalidade e o bravado de Jones e após uns segundos de reflexão disse-lhe – “Ok, podes ir, mas quem manda é o Sargento Mercier, vais apenas como observador e fazes tudo o que ele disser.”

Segundo os relatos dos participantes, o Tenente Jones “portou-se à altura”. Teve a sorte de entrar em combate antes do fim da guerra e voltar para contar a história.

Logo após a patrulha, foi promovido a 1º Tenente e enviado para o “Staff” do Estado-Maior da Divisão. No fim da guerra, estas promoções rápidas, bem como as colocações longe da linha da frente concedidas a oficiais inexperientes das academias, eram muitas vezes injustas em relação a oficiais “milicianos” que estavam em combate consecutivo há mais de um ano, com provas mais do que dadas em “sangue, suor e lágrimas” e servia apenas para alargar o fosso entre os oficiais de carreira e os cidadãos soldados. Muitos combatentes das fileiras olhavam “de lado” os seus comandantes “aperaltados” mas não testados. Esta política não era mais do que a WPPA (West Point Protective Association) a zelar pelo “bem-estar” dos “seus” rapazes na América (e no mundo) do pós-guerra. Felizmente, houve alguns casos opostos, como o exemplo do Coronel Robert “Bob” Sink, comandante do 506º Regimento Aerotransportado, que recusou várias vezes a promoção a Major-general para ficar junto dos seus

homens e do seu querido “Five o’ Sink”, o Regimento que fez nascer. Só depois da guerra aceitou o posto.

O exemplo do Tenente Jones serve de mote para levantar duas questões pertinentes e importantíssimas sobre o que significa ser-se militar.

O cidadão-soldado, que não é mais do que um “civil de uniforme”, faz a guerra quando o seu país o chama e finda a dita, volta a vestir o fato cinzento e segue a sua vida, enquanto o Soldado de carreira é um profissional das armas e como já referi, o seu trabalho é a guerra.

Mas o que acontece quando um militar fica sem “trabalho”? O que sente um Soldado quando é militar toda a sua vida e nunca trabalhou “a sério”?

Tal como acontece com a “ambição” de ser herói, qualquer militar de carreira tem o desejo secreto de servir na guerra, de passar pela provação. Esta quase “necessidade” de cumprir e de se cumprir, de não falhar, de mostrar que é capaz é obviamente fruto de um elevado grau de patriotismo e é sem duvida forjada pela doutrina e pelo ambiente em que vive e para o qual vive – foi essa a profissão que escolheu e é com esse objectivo que foi treinado, mas, casos há, em que este desejo serve somente para alimentar o ego – aos olhos dos outros, ele é o herói, ele esteve na guerra. Há, infelizmente, quem vá à guerra apenas para poder dizer que lá esteve.

Um soldado profissional que quer combater, não significa obrigatoriamente que goste da guerra, mas sim que a considera uma experiência obrigatória ou fundamental no seu “percurso” pessoal e profissional. É quase certo que, se passar por ela, passe a odiá-la, da mesma forma que, se não

o fizer, poderá experimentar uma sensação de não realização.

Muitos Oficiais, particularmente Oficiais Generais no serviço activo que não viveram a guerra, podem desenvolver uma certa inveja ou mesmo ressentimento em relação a outros militares mais jovens que já passaram pela experiência. Esta “lacuna” no seu curriculum pode tornar-se contra produtora do ponto de vista psicológico nas suas relações directas com os subordinados, ou na própria estrutura de uma Força Armada, quando os indivíduos em questão têm poder executivo sobre o seu funcionamento interno. O mesmo se aplica às chamadas Missões de manutenção de paz, que não sendo guerra no sentido estrito do termo, são todavia uma aproximação realista e válida do ponto de vista da aprendizagem. E não nos esqueçamos que morrem soldados nestas missões.

Como disse o General Eisenhower, ninguém odeia mais a guerra do que um soldado. Mas Eisenhower referia-se aos soldados que a viveram. Para se odiar a guerra é sempre preciso passar por ela, caso contrário, assume-se sempre como uma visão de glória romântica e aventureira, mas sem a componente principal – a tragédia.

Partindo do pressuposto de que o derradeiro objectivo das Forças Armadas é garantir a paz, a questão do Soldado profissional gostar ou não da guerra é tão importante quanto paradoxal e merece por si só um estudo muito mais aprofundado.

Os exércitos na guerra e na paz

A organização e o espírito de qualquer exército em tempo de paz não se comparam remotamente ao

equivalente em tempo de guerra. Quando as armas se calam, as Unidades militares tendem a desenvolver uma certa displicência, encarando o seu trabalho como um qualquer trabalho das “9 às 5”. Nos países ocidentais pobres que vivem em paz e cujo orçamento do estado nunca chega para nada, mesmo as Unidades Operacionais, cujo propósito é a constante preparação para o eventual combate, se assemelham por vezes a escritórios civis. Esta displicência acontece até nos exércitos dos países ricos que se envolvem regularmente em conflitos armados, mas pelo motivo que acabei de mencionar, o seu nível de treino e de prontidão é sempre muito superior.

As Forças Armadas devido à sua natureza específica são muito vulneráveis ao escrutínio público, ou seja, à opinião civil. Passam de “bestiais a bestas” e vice-versa consoante a realidade que se vive – em guerra são o garante da liberdade, em paz, são inúteis e um fardo para os contribuintes. Obviamente que esta percepção civil varia muito de país para país e é muito influenciada pela

situação económica dos ditos países. Quanto mais pobre é uma nação, maior é o sentimento público de inutilidade da instituição militar. Há outras duas circunstâncias que têm um peso considerável neste sentimento social de inutilidade – a primeira, de extrema importância, é a ligação histórico/afectiva das Forças Armadas com a população civil, seja ela sua compatriota ou de outros países. A segunda deriva da vontade e da disponibilidade das Forças Armadas “abrirem” as suas portas ao mundo civil, o que nem sempre acontece. Quando os Soldados de um país não têm uma relação saudável com os “seus” civis e vice-versa, é muito mau sinal, sendo que a culpa é normalmente repartida por ambos – no caso civil, por ignorância, no militar, pelo facto da instituição (muitas vezes por consequência) se fechar sobre si mesma. Por outro lado, uma Instituição Militar conservadora e que não “sai à rua” não ajuda em nada. O caso português, infelizmente, é paradigmático desta realidade – Um país pobre, com uma população ignorante e umas Forças Armadas conservadoras.



Blindagem Composta e Modular na Proteção das Viaturas Blindadas

Nas operações militares, a proteção como função de combate tem como finalidade constituir-se um facilitador da manutenção da integridade da força e do seu potencial de combate, isso inclui proteger meios, pessoal e informações (Publicação Doutrinária do Exército Operações, 2012).

Dentro do conceito Proteção, existe a Proteção Direta que resulta da consequência da estrutura blindada e de sistemas que podem ser integrados nas viaturas de forma a aumentar-lhes a proteção e garantir a sobrevivência no campo de batalha, através de formas de proteção ativa¹ e passiva² (Sousa, 1985).

O emprego de blindagens é um caso de proteção passiva, a proteção blindada é um atributo indispensável de todas as Viaturas Blindadas permite a capacidade de sobrevivência ao fogo, na medida em que as torna imunes a um elevado número de armas das forças opositoras permitindo a liberdade de manobra (Ogorkiewicz, 1991).

“O poder de fogo pode ser empregue mais discriminadamente, contudo deve mover-se em torno do campo de batalha e ser protegido” (Ancker III, 2012).

A proteção da blindagem depende de vários fatores, sendo eles: Natureza dos materiais empregues; Espessura dos materiais; Forma aplicada (Sousa, 1985). As Viaturas Blindadas devem ter um nível mínimo de blindagem, permitida pela própria estrutura e a partir daí o uso de diferentes materiais e níveis de proteção é feito de acordo com a ameaça existente no Teatro de Operações (Pires, 2014). Este conceito tem evoluído ao longo dos tempos e a blindagem de aço é adequada para proteção face a algumas ameaças balísticas sendo porém inútil contra a maior parte das atuais ameaças como por exemplo os Engenhos Explosivos Improvisados (Figura 1) (Kahl, 2010).

Atualmente as blindagens com uma eficácia de proteção elevada caracterizam-se pela combinação de diferentes materiais, à sua específica atribuição e disposição dos mesmos, bem como o uso de efeitos sinérgicos que permitem usar menos peso. Apesar de outras indústrias manterem os detalhes da construção deste tipo de blindagem em segredo, o seu princípio de conceção é sempre o mesmo, ou seja, a Blindagem Composta (Figura 2) é constituída por placas de cerâmica encaixadas dentro de uma matriz de metal e ligadas a uma placa de suporte e várias camadas elásticas. Estes materiais cerâmicos têm as características exigidas para contrariar a corrosão e resistência ao desgaste, permitem



Figura 1 – Ataque EEI
Fonte: pnnl.gov

a proteção do impacto e no seu desempenho estrutural podem apresentar uma configuração variável de camadas de fibras poliméricas multifuncionais, e pesos muito baixos em comparação com os seus metais homólogos (Technology Focus, 2010). Os materiais poliméricos são menos densos que o alumínio, tornando-se mais eficazes para uma mesma munição explosiva. No entanto para um mesmo nível de proteção, a camada de proteção fornecida por esses materiais é menor que no caso do aço em que a sua espessura teria de ser muito maior, tornando-se impraticável (Ogorkiewicz, 1991).

Um exemplo pioneiro de tipo de blindagem, foi a blindagem *Chobham* de origem inglesa, que consiste em múltiplas camadas de materiais compósitos juntamente com ligas metálicas leves. Esta blindagem é três vezes mais eficaz contra munições explosivas que uma blindagem de aço com o mesmo peso (Sousa, 1985). Segundo CoorsTek (2012), uma composição de cerâmica com carbono é mais leve e mais dura do que uma composição de cerâmica com uma liga de óxido alumínio. A cerâmica preta apresentada pela

ESK³ baseia-se em carboneto de silício, a redução de peso que oferece tem naturalmente um impacto na capacidade de carga, capacidade de transporte por meios aéreos, fluabilidade, autonomia, custo de vida dos materiais e fiabilidade dos mesmos (ESK, 2013).

Outro conceito de blindagem constituída por materiais desta natureza é o *spall liner* (Figura 3). O *spall liner* consiste numa camada que reveste o interior da blindagem estrutural e é formada por fibras ligadas por resina, como o caso do *Kevlar* que reduz o efeito causado pelos fragmentos da explosão (Ogorkiewicz, 1991). Reduz de certa forma os efeitos secundários dos fragmentos da munição, que são projetados para o interior dos compartimentos da viatura (Bianchi, 2005).

Na sequência do programa americano para aquisição de uma nova Viatura Blindada de Combate de Infantaria, para além de se ter de garantir objetivos como proteção contra Engenhos Explosivos Improvisados, mobilidade tática e agilidade operacional, é necessário que o veículo possa acomodar equipamento adicional (CBO, 2013). As blinda-

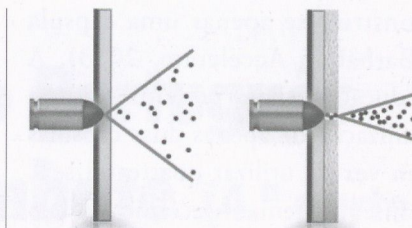


Figura 3 – Efeitos no *Spall Liner*
Fonte: ceramtec.com

gens devem ser amovíveis pois pode modificar-se partes do veículo com vista à adaptação a qualquer ambiente e a qualquer ameaça (Pires, 2014).

Os módulos de proteção podem ser montados diretamente no veículo ou aparafusados por cima de blindagem existente. A fácil montagem destes módulos com materiais compósitos leves e o perfil de design são características chave, que fornecem uma elevada proteção sem prejudicar a mobilidade do veículo (Ribeiro, 2014).

A personalização de veículos para diferentes missões normalmente simboliza a colocação de *add-ons*, isto melhora a proteção mas também aumenta a dimensão e às vezes o peso da viatura. Sendo assim, a *Tank Automotive Research Development and Engineering Center (TARDEC)* está a trabalhar num projeto em que os módulos poderão estar distribuídos na viatura da seguinte forma: Módulo no local do condutor e chefe de viatura; Módulo para o sistema de armas ou grua; Módulo para os membros da tripulação; Teto; Módulo de missão robótica com uma arma ou sistema de condução autónomo (Accelerate, 2013). A capacidade de reconfigurar rapidamente o veículo para necessidades específicas traz vantagens significativas na velocidade e flexibilidade. Outros benefícios serão a facilidade de transporte e custo de fabrico, na medida em que em vez de se construir um veículo por completo, pode

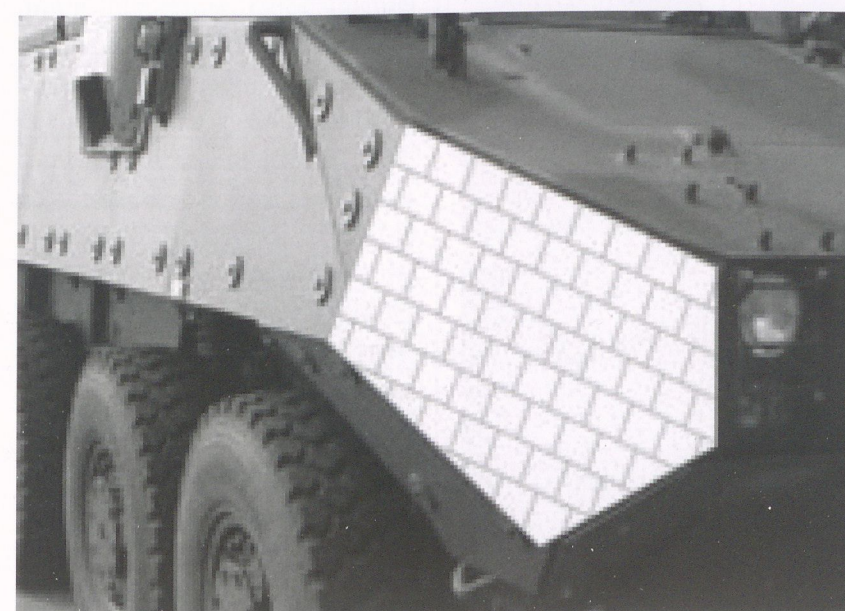


Figura 2 – Blindagem Composta.
Fonte: ceramtec.com

construir-se apenas uma cápsula (Barbat in Accelerate, 2013). A redução de peso pode passar pela utilização de apenas duas cápsulas em vez de utilizar quatro ou seis, consequentemente economiza-se o combustível (Accelerate, 2013). Segundo Santos (2014), a Blindagem Modular consegue agregar placas de material compósito na parte externa da blindagem estrutural, podendo ser trocada rapidamente em caso de dano (Figura 4) e permite proteger a blindagem principal. Há que ter em atenção que estas proteções balísticas têm um prazo de validade, e as resinas e camadas de materiais vão perdendo as suas características ao longo do tempo (Ribeiro, 2014).

As blindagens referidas como forma de proteção passiva apresentam uma importante capacidade de resistir a múltiplos impactos, existindo a capacidade de incrementar o nível de proteção que causa poucos danos colaterais (Kahl, 2010).

Para além das blindagens existem uma grande diversidade de medidas e sistemas de proteção que visam fornecer uma proteção direta e indireta às viaturas. Todos os siste-

mas devem de assegurar pelo menos proteção contra armas de calibre ligeiro e médio e minas até 3 kg, nos atuais conflitos a preocupação é a de aumentar a proteção face às armas e minas anticarro sem tornar a viatura pesada. A segunda edição do STANAG⁴ 4569, estabelece os níveis de proteção para as Viaturas Blindadas da OTAN contra ameaças como projeteis de energia cinética⁵, granadas de artilharia e minas. É uma referência importante para estabelecer os requisitos que os equipamentos deverão obedecer e os fabricantes cumprir (Ribeiro, 2014). No entanto, a direção, o tipo, o efeito tal como o uso tático das ameaças em emboscadas terroristas ocultadas, tem mudado e portanto esse STANAG não dá as guias orientadoras suficientes para um conceito realístico de proteção (Kahl, 2010).

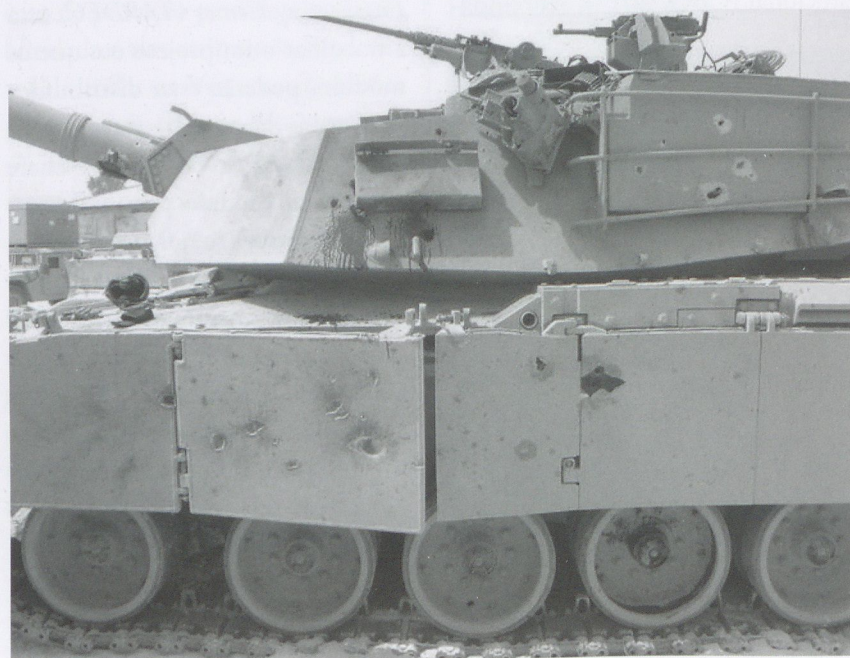


Figura 4 – Danos na Blindagem Modular
Fonte: ciar.org

NOTAS:

- 1 As medidas de proteção ativa correspondem a um conjunto de ações que visam prevenir, contrariar ou impedir as medidas tomadas pela ameaça (Souza, 1985).
- 2 A proteção passiva visa limitar a eficácia de um ataque ou as suas consequências, e reflete-se nalgumas tarefas como: o treino, equipamentos de proteção direcionados para uma certa ameaça, medidas de proteção de plataformas e melhoramento de infraestruturas (Haug, 2008).
- 3 Empresa especializada em materiais cerâmicos.
- 4 NATO STANDARDIZATION AGREEMENT.
- 5 Com calibre máximo de 30 mm.

FONTES:

- Accelerate (2013). A Modular Proposal. Accelerate, Light, Efficient, Survivable –The Army's ULV Research Prototype Hits the Ground Running. Operational Flexibility Edition.
- Ancker III, Clinton (2012). Whither Armor?. Armor. November-December 2012.
- Bianchi, Fulvio (2005). Mine Protection for AFV's. Military Technology. February 2005.
- Congressional Budget Office (2013). The Army's Ground Combat Vehicle Program
- and Alternatives. Congress of the United States. Abril 2013.
- CoorsTek (2013). CERASHEILD CERAMIC ARMOR GROUND VEHICLE
- COMPONENTS. Retirado: Fevereiro, 7, 2014, de http://www.coorstek.com/markets/aerospace_defense/vehicle_armor.php.
- EME (2012). Publicação Doutrinária do Exército 3.00 Operações. Exército
- Português. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- ESK (2013). Black Ceramics for Ballistic Protection of Vehicle. Retirado:
- Fevereiro, 10, 2014 de <http://www.esk.com/en/materials/materials/silicon-carbide/sic/ballistic-protection-based-on-ceramic/ballistic-vehicle-armor.html>.
- Haug, Steffen (2008). The Protection of Forces and Facilities during Operations: The Army Protection Concept. Military Technology. Vol. 32, 2008 Special Issue, p. 20-29.
- Kahl, Dieter (2010). Modern Protection for Combat Vehicles. Military Technology.
- AUSA FOCUS, October 2010.
- Ogorkiewicz, Richard (1991). Technology of Tanks I. United Kingdom: Jane's
- Information Group.
- Pires, João (2014). O Conceito de Proteção da Força. Sistemas de Proteção para Carros de Combate face às Atuais Ameaças. Entrevista estrutural do Trabalho de Investigação Aplicada. (M. Fonseca, Entrevistador) Lisboa: Academia Militar.
- Ribeiro, Manuel (2014). O Conceito de Proteção da Força. Sistemas de Proteção para Carros de Combate face às Atuais Ameaças. Entrevista estrutural do Trabalho de Investigação Aplicada. (M. Fonseca, Entrevistador) Lisboa: Academia Militar.
- Santos, Rogério (2011). M211 – Elementos de Armamento. Manual do Aluno. Lisboa: Academia Militar. Edição 2010/2011.
- Technology Focus (2010). Composite Products. Technology Focus. Bulletin of Defense Research and Development Organisation. Vol. 18, Nº 1, February 2010.
- Souza, Henrique (1985). Armamento e Tiro de Carros de Combate. 1ª Parte, Cap. I.
- VIII e X. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.

Exército Português Carros de Combate (4.ª parte)

– CARROS DE COMBATE DA BRIGADA NATO

1. CARRO DE COMBATE M48 A5 PATTON 49 TON 10,5 CM M/76

Os primeiros cinco carros de combate M48 A5 vieram para Portugal em regime de aluguer e foram utilizados para a formação dos futuros instrutores, monitores e guarnições.

No período de Junho a Outubro de 1976 esteve em Portugal uma equipa móvel de instrução do exército dos E.U.A. que preparou os instrutores, os monitores, as guarnições e os mecânicos de manutenção para este tipo de material.

Foram cursos muito bem estruturados e que constituíram um bom alicerce para o futuro dos CC M48 A5.

Este curso, que frequentei, foi muito importante, especialmente, porque nos deu a conhecer os pormenores da actuação da guarnição durante a execução do tiro real de combate. Até este momento, o tiro dos carros de combate era “feito à portuguesa”, com todos os vagares, muito longe da realidade. Aprendemos os procedimentos para que, no espaço de 10 segundos após a aquisição de um alvo, este fosse atingido com dois tiros.

Foi feita a regimagem de todas

as peças e cada instruendo executou mais de noventa tiros de peça, para alvos entre os 700 e os 4.000 metros. O tiro foi executado de dia e de noite. De noite, os alvos eram iluminados com luz branca ou infravermelhos. Também se executou tiro noturno referenciado a partir da carta de tiro. Para se ter a certeza que os comandos de fogo eram correctos, as comunicações entre os membros das guarnições eram feitas via rádio, para que, através de um rádio exterior, se fizesse o controlo da acção das guarnições e da correcção dos comandos de fogo.

Pela primeira vez trabalhámos com a realidade da experiência da guerra do YonKippur.

Os carros de combate portaram-se muito bem durante o período da instrução.

Entretanto, ia-se preparando o caminho para a vinda de novos carros. Foi pedida a opinião do Regimento de Cavalaria de Santa Margarida (era assim que se designava o RC 4 nessa altura).

Avançámos com uma solução que já tinha sido trabalhada com os adidos militares dos E.U.A. e da República Federal da Alemanha. A RFA forneceria cascos de M48 e os EUA, no AnnistonArmyDepot, transformá-los-iam em M48 A5.

Também informámos que desejávamos a eliminação da cúpula do chefe de carro, uma vez que a metralhadora Browning 12,7 mm nela instalada tinha muitas interrupções de tiro devido às condições da montagem. Advogámos a solução israelita de duas metralhadoras exteriores 7,62 mm (chefe de carro e municiador).

Em princípios de 1978, chegam 18 carros de combate M48 A5, um com cúpula de chefe de carro¹ e 17 sem cúpula e com duas metralhadoras M60 D, exteriores.

Os seis carros com cúpula (5 já existentes e o que acabava de chegar) foram destinados ao Esquadrão de Reconhecimento e os outros 17 ao 1.º Esquadrão de Carros de Combate, comandado pelo, na altura, capitão José Carlos Cadavez.

Em 1984, foram recebidos mais 43 carros, originários de cascos da RFA transformados para M48 A5, no AnnistonArmyDepot, nos EUA. Cada carro, além do tubo da peça instalado na torre, trazia outro tubo de reserva.

Os carros vieram equipados com um excelente sistema hidráulico-elétrico de rotação da torre e elevação das armas, o Cadillac Gage.

Destes 43 carros, 34 foram para os 2.º e 3º Esquadrões do GCC/BMI, 3 para o Comando do GCC/

ERRATA

No meu artigo, na pág. 31, coluna central, quando faço referência ao destino dos Shermans, vem que, para o RC 7 foram 3. Na realidade foram 33.

MGen PEREIRA COUTINHO
Reforma.

BMI e seis para o ERec/BMI, o que permitiu transferir para a EPC, os cinco primeiros M48 A5 e o que era diferente de todos os outros, para a escola Prática do Serviço de Material.

Posteriormente, conforme iam sendo substituídos por M60 A3 (TTS) nas unidades da Guarda Nacional dos EUA, foram enviados para Portugal mais CC M48 A5, tendo chegado a ser enviados para o RC 3 (Estremoz), em Fevereiro de 1990, seis carros para se iniciar a instrução do pessoal para um futuro esquadrão de carros, da brigada territorial da Região Militar do Sul.

Estiveram ao serviço até 1994, altura em que chegaram os Carros de Combate M-60 A3 TTS.

Num total, devem ter vindo para Portugal 86 carros de combate M48 A5.



Fig. 35 - CC M48 A5 com cúpula
Fonte: Coleção de António Pereira Coutinho



Fig. 36 - CC M48 A5 sem cúpula
Fonte: Coleção de António Pereira Coutinho

O tipo e a composição da dotação de munições da peça é determinada de acordo com as ameaças.

O CC M-48 A5 dispõe de um sistema de aquecimento e purificação de ar constituído por uma

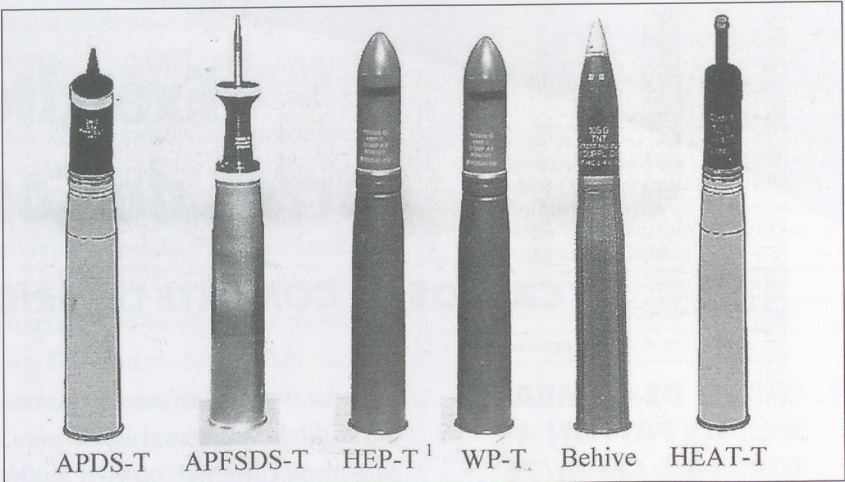


Fig. 37 - Munições da peça M-68 de 10,5 cm
Fonte: Coleção de António Pereira Coutinho

CARRO DE COMBATE M-48 A5					
DADOS GERAIS					
País de Origem: Estados Unidos da América			Tipo: Carro de Combate Principal (Main Battle Tank)		
Data de introdução nos E.U.A.: 1975			Guarnição: 4 homens (Chefe de Carro, Apontador, Municiador e Conductor)		
Fabricante: Detroit Tank Arsenal & American Locomotive Company – Transformados para M-48 A5 no Anniston Army Depot, EUA					
Peso em ordem de combate: 49 Ton			Pressão unitária: 0,859 Kg/ cm ²		
Comprimento: 9,59 m com a peça para a frente			Largura: 3,632 m		
Altura: 3,061 m			Altura ao solo: 47 cm		
DESEMPENHO					
Motor: Continental AVDS-1790-2D, 12 cilindros em V a 90°, 750 hp, a gasóleo e arrefecido por ar.					
Potência do motor: 750 hp a 2.400 rpm			Torque do motor: Net:1575 ft@1750 rpm		
Autonomia: ±500 Km			Capacidade de combustível: 1.420 l		
Velocidade máxima: 48 Km/h (durante curtos períodos de tempo)			Velocidade de cruzeiro: 32Km/h		
Velocidade TT: 20 Km/h			Vau máximo: 0,91 m sem preparação; 1,80 m com preparação		
Declive máximo: 60%			Fosso máximo: 2,59 m		
Obstáculo vertical máximo: 91 cm			Estabilização: Não tem		
Raio de viragem: Pião			Direção: Comando mecânico, hidráulica		
Travões: Disco múltiplo			Declive lateral: 30%		
Transmissão: General Motors Cross Drive CD-850-6A, 2 velocidades para a frente e uma para trás.			Consumo por Km: 2,84 litros/Km		
Relação peso/potência: 15,3 hp/Ton					
SUSPENSÃO					
Tipo: Barras de torsão			Rodas do trilho: 6 de cada lado		
Roletes guias: 5 de cada lado			Rodas compensadoras: Uma de cada lado, na parte da frente das lagartas.		
Rodas motoras: As de trás			Rodas tensoras: As da frente		
Amortecedores: Nas duas primeiras e nas duas últimas rodas do trilho					
ARMAMENTO					
Tipo	Campo de tiro		Alcance	Munições	Tipo de munições
	Horizontal	Vertical			
CARROS SEM CÚPULA					
Peça de 10,5 cm M-68	360°	+19° a -10°	4.400 m	54	APDS, APFSDS, HEP, WP, Behive, HEAT
Metralhadora coaxial M-219 (Série M-79) 7,62 mm	Manual e hidráulico		1.200 m	10.000	
2 Metralhadoras exteriores M-60 D 7,62 mm			800 m		
CARROS COM CÚPULA					
Peça de 10,5 cm M-68	360°	+19° a -10°	4.400 m	54	APDS, APFSDS, HEP, WP, Behive, HEAT
Metralhadora coaxial M-219 (Série M-79) 7,62 mm	Manual e hidráulico		1.200 m	5.950	
Metralhadora da cúpula: .50			360°	+60° a -15°	
SISTEMA DE PONTARIA E CONTOLO DE TIRO PRINCIPAL					
Tipo do sistema: Telémetro de coincidência M 17 A1 ou B1C; Computador balístico com ressaltos para as munições APDS-T, HEP-T e HEAT-T; Periscópio do apontador; Periscópio de infra-vermelhos do chefe de carro; Periscópio de infra-vermelhos do apontador. Luneta M105D, do apontador.					
Visão nocturna: Projétor de luz branca e infra-vermelhos			Telémetro: De coincidência		
Periscópios: Chefe de carro, apontador, municiador, condutor, com capacidade muito limitada.			Luneta: M105D (Apontador)		
Intensificador de luz: Periscópios do Chefe de Carro e do apontador			Computador de tiro:		
SISTEMA DE PONTARIA E CONTOLO DE TIRO SECUNDÁRIO					
Tipo do sistema: Luneta M105D; Guia balístico; Quadrante de elevação M13; Quadrante do apontador M1; Indicador de direcção.					
PROTEÇÃO					
Blindagem: 44 a 120 mm			NBQ: Não		
Fumos: Não			Contra incêndios: Sistema de extintores fixos		
TRANSMISSÕES					
Rádio	AN/VRC-12 ou AN/VRC-46 ou AN/VRC-47.				
Intercomunicação	Intercomunicação e telefone exterior.				

Fig. 38 - Caraterísticas do Carro de Combate M-48 A5



Fig. 39 - Tiro Noturno de CC M-48 A5

unidade de filtragem M 13, quatro aquecedores de ar e quatro máscaras M25A1.

2. CARRO DE COMBATE M-60 A3 TTS 51 TON 10,5 CM M/94

Quando houve necessidade de tomar a decisão de substituir os carros de combate M-48 A5 pelos M-60 A3 TTS, por certo que foi tido em linha de conta que os motores e os tubos das peças dos M-48 A5 estavam em melhores condições que os dos M-60 A3. O factor decisivo deve ter sido o avanço tecnológico na conduta de tiro, pois o M-60 A3 TTS dispunha de um sistema computadorizado de controlo de tiro, telémetro laser e sistema térmico de visão noturna designado "Tank Thermal Sight" (TTS).

Ao não ter sido aceite o equipamento rádio e de intercomunicação, foi cometido um erro de custos muito elevados, porque houve necessidade de transferir para os M-60 o equipamento de rádio e de interco-

municação do M-48 A5. Este procedimento, de imediato, originou a inoperacionalidade de todos os M-48 A5, pois ficaram sem sistema C3². Era um carro, em termos de manutenção, semelhante ao M-48 A5, do qual utilizava a maioria dos sobressalentes.

Foi um carro simpático, o pessoal tinha facilidade em o operar e era pouco exigente nos cuidados que com ele tinham que ter.

Para Portugal vieram 80 (?) carros de combate deste modelo.

Ao GCC/BrigMec foram atribuídos 54, ao ERec/BrigMec 6 e à Escola Prática de Cavalaria 9. Os restantes ficaram em reserva, a cargo do GCC/BrigMec.

Os M-60 A3 que vieram para Portugal eram M-60 A1, modificados para M-60 A3. Do acordo de cedência não constava o TTS (Tactical Thermal Sight), pelo que alguns dos carros vieram com este sistema avariado.

O CC M-60 A3 TTS dispõe de um sistema de aquecimento e purificação de ar constituído por uma unidade de filtragem M 13, quatro



Fig. 40 - Carro de Combate M-60 A3 TTS 51 Ton 10,5 cm m/94

aquecedores de ar e quatro máscaras M25A1.

As munições que utiliza na peça são idênticas às do M-48 A5.

3. CARRO DE COMBATE LEOPARD 2A6 62 TON 12 CM M/2007 (DE ORIGEM HOLANDESA)

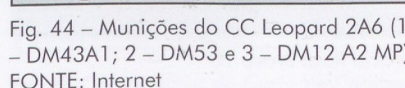
Portugal, para substituir os M-60 A3 TTS, optou pelos carros de combate Leopard 2A6, comprados à Holanda.

Tendo em consideração o poder do seu armamento, a potência e relativa economia do seu motor, a sua velocidade e mobilidade e a sofisticação dos seus sistemas electrónicos, o Leopard 2A6 pode-se considerar um dos melhores carros de combate existentes no mundo. No entanto, esta classificação é relativa porque é condicionada por vários factores, dentre os quais se destacam: o "miolo" electrónico dos veículos e os melhoramentos introduzidos, que mudam de país para país; a capacidade de sustentação do sistema de armas (a garantia da fiabilidade), o nível de formação das guarnições e o valor operacional das unidades.

Os Leopard2 adquiridos por Portugal pertencem a um lote de 445 carros de combate Leopard 2A4 encomendados em 1979 pela Holanda, para serem entregues entre 1982 e 1986. Foram fabricados na

47

A peça é completamente estabilizada e pode disparar uma grande variedade de munições APFSDS-T anticarro e HEAT-MP-T para fins múltiplos.



O sistema standard de controlo de tiro é o SEM 15, de origem alemã, que se pode considerar o melhor sistema de controlo de tiro hoje existente.

O motor do Leopard 2A6 é o MTU MB 873 com 1.500hp (1.119kW) de potência. É de qua-

A parte superior dos trilhos está protegida por duas placas laterais

Dispõe de protecção contra ameaças NBQ, pois dispõe de um

Fig. 45.- Características do Carro de Combate Leopard 2A6

sistema NBQ sobre-pressurizado que garante, dentro do veículo, uma sobre-pressão de 4mba.

Está equipado com um sistema contra incêndios constituído por 4 extintores fixos Halon, de 9 Kg, que são accionados automaticamente pelo sistema de detecção de incêndios quando a temperatura dentro do compartimento de combate atinge os 82° C. Também dispõe, no chão da torre, debaixo da peça, de um extintor portátil Halon de 2,5 Kg.

O Leopard 2A6, precisa de ter instalado um elemento chave na área do comando e controlo, que é um sistema de navegação por GPS que permita ao chefe de carro navegar em qualquer ambiente operacional.

Todo o carro precisa de dispor de um sistema de transmissões que lhe faculte as ligações indispensáveis ao controlo operacional a todos os níveis. Um carro sem transmissões é um carro autista.



4. SISTEMA DE TRANSMISSÕES DOS CARROS DE COMBATE DA BRIGADA NATO

a. Carros de Combate M-48 A5 e M-60 A3 (TTS)

1) Carros de combate do comando do Grupo, Esquadrão e Pelotão:

- Emissor – recetor AN/VRC-12 (970 canais, de 30,0 a 75.95 Mc/s, em FM, dos quais dez pré-sintonizados).



FIG. 46 Emissor-recetor AN/VRC-12
 FONTE: Manual do equipamento

- Emissor-recetor AN/VRC-46 (970 canais, de 30,0 a 75,95 Mc/s, em FM).



Fig. 47 – Emissor-recetor AN/VRC-46
 FONTE: Manual do equipamento

2) Outros Carros de Combate

- Emissor-recetor AN-VRC-47 (970 canais, de 30,0 a 75,95 Mc/s, em FM).

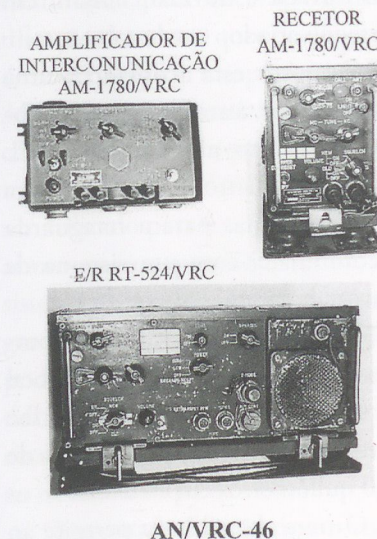


Fig. 48 – Emissor-recetor AN/VRC-47
 FONTE: Manual do equipamento

b) Carro de Combate Leopard 2A6

Emissor-recetor P/PRC-525 de fabrico português.



Fig. 49 – Emissor-recetor P/PRC-525
 Fonte: Coleção de António Pereira Coutinho

É um equipamento multi banda, com capacidade de comunicações seguras.

Permite o envio de dados.

Tem uma potência de 50 Watts.

Não tem desenvolvida a capacidade TACSAT.

